ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 – Série VII – N.º 454
16 de Setembro de 1982

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

• As propostas do PCP para as autárquicas que o PS de Mário Soares recusou

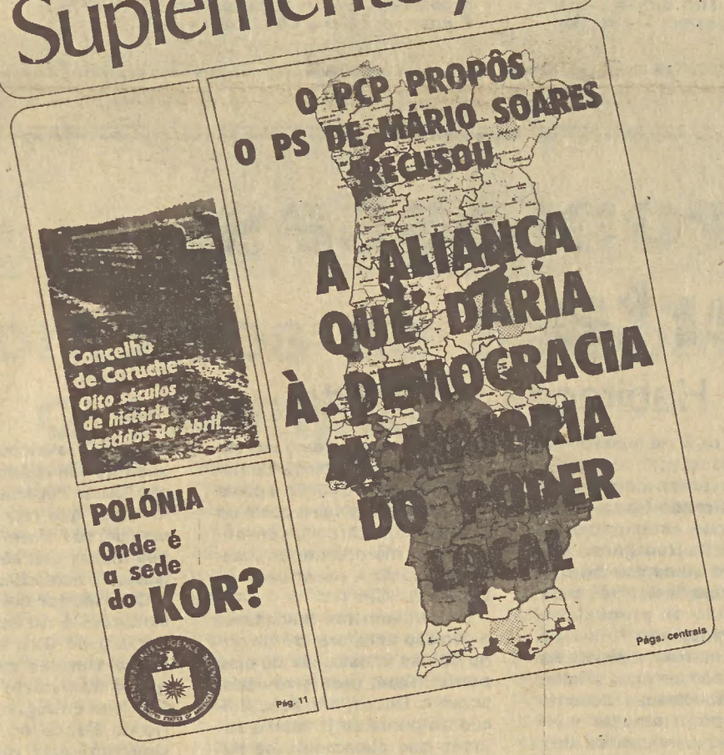
• A EDP: a ofensiva «AD» e a resposta dos trabalhadores

Imagem da oferta de lembranças de organizações do Partido à delegação do PCG durante o comício de amizade no Pavilhão da Siderurgia, no Seixal

AMIZADE PCP-PCG

A visita da delegação do Partido Comunista da Grécia dirigida pelo seu secretário-geral, camarada Harilaos Florakis, ***nova expressão dos laços de fraternal amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCG*** *— Págs. 6 e 7*

Suplemento



INDEPENDENTES E SOCIALISTAS NAS LISTAS

POVO UNIDO

Pág. 3

A LUTA CONTINUA "AD" RUA!

COMÍCIO

com **ÁLVARO CUNHAL**
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

e **JOSÉ CASANOVA**
MEMBRO DA C.POLÍTICA DO C.C. DO PCP

no **PAVILHÃO DOS DESPORTOS**

DIA **17** SETEMBRO **21.30 h.**

DORL DO PCP

• Reforçar continuamente o Partido

• «AD», importação e exportação

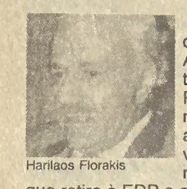
• Mafia, terrorismo e escândalos não dão tréguas em Itália

AVEIRO • FESTA 82

Um êxito bem expresso na participação no comício com Álvaro Cunhal – centrais

SEMANA

8
Quarta-feira


Harilaos Florakis

Os líderes parlamentares decidem não convocar qualquer sessão suplementar da AR para reapreciar a lei eleitoral para as autarquias aprovada pela AD e vetada pelo Presidente da República, pelo que as próximas eleições autárquicas se efectuarão ao abrigo da lei eleitoral em vigor ■ Entra em vigor o diploma do governo que visa a uniformização das tarifas eléctricas, bem como o que retira à EDP a exclusividade de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão; começa o desmembramento da EDP ■ Uma avaria nas captações de Valada provoca falta de água na região de Lisboa ■ Chega a Lisboa, a convite do PCP, uma delegação do Partido Comunista da Grécia, chefiada pelo secretário-geral, Harilaos Florakis ■ Realizam-se eleições legislativas na Holanda ■ Cimeira árabe aprova plano sobre o Médio Oriente, reconhecendo a OLP como único representante do povo palestiniano ■ O presidente da OPEP, Eduardo Ortega, apresenta a sua demissão do cargo na sequência do voto de censura de que foi alvo pelo parlamento equatoriano.

9
Quinta-feira

O Conselho de Ministros propõe ao PR o dia 12 de Dezembro para a realização de eleições autárquicas, sem deixar de manifestar (de forma grosseira) o seu desagrado por Eanes ter recusado a primeira proposta, dia 5, aniversário da morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa ■ Termina a visita de Ramalho Eanes ao concelho de Odemira, onde prestou "homenagem ao trabalho" que tem vindo a ser desenvolvido pela autarquia de maioria APU ■ Começa a 11.ª edição do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz ■ Trabalhadores denunciam que o monopolista Manuel de Mello pediu a Balsemão, por carta, o controlo sobre toda a indústria naval, isenções fiscais e outras facilidades, para além da liberdade de despedir alguns milhares de trabalhadores ■ A polícia suíça desaloja os terroristas da embaixada polaca em Berna, libertando ilesos os cinco reféns ■ A conferência do Congresso dos Sindicatos Britânicos recusa a instauração de tectos salariais e condena a política económica de Margaret Thatcher ■ A comissão Trilateral condena as sanções norte-americanas contra o gasoduto soviético.

10
Sexta-feira

O Governo entrega 10 mil hectares de terras de UCP's a 100 agricultores e anuncia para breve a espoliação de unidades colectivas em mais 50 mil hectares, para entrega a 500 agricultores; estas terras poderão vir a ser retiradas e entregues a agrários, como recentemente aconteceu a 10 agricultores "contemplados" o ano passado ■ Realiza-se no pavilhão da Siderurgia Nacional, no Seixal, um grande comício de amizade PCP-PCG, em que participam Álvaro Cunhal e o secretário-geral do Partido Comunista Grego, Harilaos Florakis ■ Oliveira Dias, presidente da AR, anuncia após audiência com Eanes que os serviços da Presidência da República ainda estão a estudar o texto da revisão constitucional, não havendo data prevista para a sua promulgação ■ O Primeiro-Ministro italiano, Giovanni Spadolini, inicia uma visita oficial de três dias a Portugal ■ A greve geral em Inglaterra, convocada para o dia 22, recebe o apoio do Conselho Geral da confederação de sindicatos, o que acontece pela primeira vez desde a greve geral de 1926.

11
Sábado

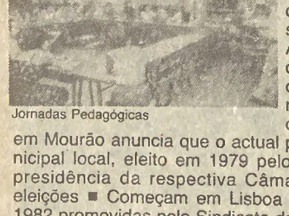
Por iniciativa da CGTP-IN reúnem-se em Lisboa cerca de duzentos delegados das Organizações Representativas dos Trabalhadores das empresas em luta no distrito de Lisboa; na decisão final foi decidido concentrar as lutas em curso, na medida do possível, por sectores de actividade e por problemas comuns ■ O município da Amadora comemora o seu terceiro aniversário com diversas iniciativas de interesse público ■ Eduardo Pereira, responsável do PS pelo sector autárquico, admite que o seu partido, se concorrer sozinho às próximas eleições para as autarquias, poderá perder ainda mais Câmaras do que em 1979 ■ É anunciado em Madrid a formação de um novo partido, o Partido para a Recuperação e Unificação Comunista (PRUC), que se define como marxista-leninista e é liderado por Garcia Salve, ex-membro da direcção do PCE ■ Termina em Pequim o décimo segundo congresso do Partido Comunista Chinês, com a substituição de mais de metade dos membros do Comité Central ■ O Vaticano confirma que o Papa receberá Yasser Arafat, presidente da OLP, na próxima semana.

12
Domingo

A 1.ª medalha de ouro

Rosa Mota ganha a primeira e única medalha de ouro até agora conquistada por atletas portugueses, ao vencer a Maratona europeia, em Atenas ■ O PR desloca-se à Amadora para participar nas comemorações do terceiro aniversário da fundação do município ■ Um cortejo histórico-ecnográfico revive a história de Sobral de Monte Agraço; os figurantes desfilaram pelas ruas vestidos a rigor com trajes dos séculos XII, XIII e XIV ■ O ex-chanceler alemão federal Willy Brandt admite que o governo de Bonn possa cair na segunda metade de Outubro ■ Prosseguem os recontros entre o exército sionista de Israel e as tropas sírias, no vale de Bekaa ■ Segundo o jornal "El País", a polícia espanhola descobriu um plano para assassinar o ex-primeiro-ministro Adolfo Suarez e desestabilizar a situação política antes das eleições ■ O presidente da Etiópia denuncia a ameaça norte-americana no Corno de África e as manobras desenvolvidas contra a revolução etíope.

13
Segunda-feira


Jornadas Pedagógicas

Trabalhadores da ANOP entregam ao Governo um recurso da Resolução do Conselho de Ministros de 14 de Agosto, que retira à agência os subsídios legais, provocando na prática o colapso económico da empresa ■ A Coordenadora Concelhia da APU em Mourão anuncia que o actual presidente da Assembleia Municipal local, eleito em 1979 pelo PS, será o seu candidato à presidência da respectiva Câmara Municipal, nas próximas eleições ■ Começam em Lisboa as Jornadas Pedagógicas de 1982 promovidas pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, prolongando-se até dia 2 de Outubro ■ A Internacional Liberal toma posição a favor do congelamento imediato das armas nucleares ■ Os governos britânico e argentino decidem cancelar as sanções financeiras recíprocas, visando o restabelecimento de relações cortadas com a guerra das Malvinas ■ Israel volta a atacar as tropas sírias estacionadas na zona central do Líbano, provocando dezenas de mortos.

14
Terça-feira

Greve na EDP contra a tentativa de desmembramento da empresa, com uma adesão de cerca de 95 por cento a nível nacional ■ Cimeira da AD manifesta «profunda preocupação» pelo PR não ter ainda promulgado a lei da revisão constitucional ■ Mais de 20 incêndios destroem áreas de florestas na região das Beiras; tudo aponta para fogo posto ■ Trabalhadores do «Portugal Hoje», matutino suspenso há mês e meio, vão requerer a declaração de falência da empresa ■ Beshir Gemayel, líder das falanges libanesas e presidente designado do Líbano, morre na sequência de um atentado bombista que provoca mais dez mortos e numerosos feridos ■ Quatro polícias espanhóis são assassinados numa emboscada perto da cidade de Renteria, no país Basco ■ Na sequência de um acidente de viação, morre a princesa Grace do Mónaco.

Editorial

É POSSÍVEL TRAVAR O GOLPE DA «AD»

A reunião anteontem da cimeira da «AD» na máxima força (4 PSDs + 4 CDSs + 4 PPMs), com o sr. Nascimento Rodrigues a disparar raivosamente o comunicado final e a chamar ao atraso da promulgação da lei de revisão pelo PR de «atentado ao regime democrático», e o sr. pequeno «rei» do PPM a deitar pela boca fora nem mais nem menos do que... um «golpe de Estado» (presidencial!) velo trazer a confirmação de um fenómeno a que os portugueses já de há muito se habituaram, a saber:

— Dos arraiais da Aliança reaccionária e da boca dos seus dirigentes máximos não saem nunca propostas de paz mas sim declarações de guerra;

— Não partem nunca serenos propósitos de aprofundar e equacionar os gravíssimos problemas que a administração «AD» criou ao País mas sim contundentes provocações contra os trabalhadores e as forças democráticas portuguesas;

— Não são nunca de esperar iniciativas apaziguadoras sinceras para o estabelecimento de relações normais entre órgãos de soberania mas sim palavras e acções desestabilizadoras e de guerrilha institucional nas formas mais virulentas.

A cimeira da «AD» confirmou além disso um outro facto já assinalado pelo Comité Central do PCP na passada semana, isto é, o de que «o prosseguimento da realização do plano golpista da "AD" contra o regime democrático é o traço característico da situação actual».

Podemos ver como esse prosseguimento se desdobra nos terrenos mais variados.

Há ainda um outro curioso fenómeno que uma observação atenta dos acontecimentos e da realidade nacional concreta confirma cada dia que passa: a «AD» aumenta de farronca e de agressividade na mesma escala em que diminui de força e de influência política; exibe uma falsa imagem de unidade e coesão internas quando o barril da coligação reaccionária abre fissuras por todas as aduelas; tenta andar depressa na realização do seu plano subversivo à medida que sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés nas duas únicas posições de força que actualmente detém – o Governo e a maioria parlamentar – e não tem «pernas», nem fôlego para chegar à «meta».

É notório que os barões da «AD» temem acima de tudo que o Presidente da República no uso das suas competências constitucionais, demita o Governo, dissolva a Assembleia da República, convoque eleições antecipadas e por essa forma, retire à «AD» as vantagens que quis obter com a revisão inconstitucional da Constituição, graças à vergonhosa colaboração de Mário Soares e do seu grupo.

Os chefões da «AD» dão-se perfeitamente conta de que se forem postas em prática tais medidas isso significará o fim do seu reinado, o desabar do seu castelo de cartas.

De facto, a «AD» carrega no acelerador na realização do seu plano golpista numa autêntica corrida contra o tempo, sabendo que defronta a oposição da esmagadora maioria do Povo português e o espírito patriótico e do 25 de Abril nas Forças Armadas.

Freitas do Amaral, no termo da reunião de Coimbra do Conselho Nacional do CDS enunciou o «calendário do golpe», enumerou os objectivos imediatos da «AD» no seguimento da revisão inconstitucional da Constituição, que ele considerou «uma grande vitória» da «AD» – o que é em certa medida verdade depois do bónus de Mário Soares à reacção – e «a primeira fase de fundo que transformará a Constituição marxista em democrática».

O «calendário» de Freitas do Amaral é elucidativo:

1.º – Fazer aprovar rapidamente as chamadas «Leis Complementares» da revisão constitucional para os órgãos de substituição do (parlamentarmente) extinto Conselho da Revolução: o Conselho de Estado, o Tribunal Constitucional, o Conselho Superior de Defesa Nacional;

2.º – Terminar e votar ainda no mês de Setembro (em colaboração com Jaime Gama e o PS) a Lei de Defesa Nacional e de Organização das Forças Armadas;

3.º – Repor de novo no Parlamento (desta vez já seguros da «compreensão de Mário Soares, por ele afirmada no termo da sua reunião à porta fechada com os grandes industriais do Norte) a estafada «lei dos sectores», já três vezes declarada inconstitucional, e com ela «desmantelar o sistema económico colectivista» que «a partir de agora – diz ele – é a nossa luta prioritária». Em letra de forma isto quer dizer a liquidação das nacionalizações, da Reforma Reforma, do controlo de gestão dos trabalhadores, (este, aliás, já reduzido a uma simples figura constitucional);

4.º – Fazer aprovar pela maioria «AD» o pacote das leis laborais, que compreende, entre outras, a alteração da lei dos contratos a prazo, a lei da liberalização dos despedimentos e uma nova lei da greve, destinadas obviamente a intensificar a exploração e a repressão contra os trabalhadores e o movimento operário;

5.º – Apressar o processo de adesão à CEE, e, finalmente,

6.º – Preparar as eleições autárquicas em condições de falsear a vontade do eleitorado.

Toda a prática política do Executivo «AD» está virada para estes objectivos imediatos.

Os dois vetos do Presidente Ramalho Eanes à lei para as eleições autárquicas e à data de 5 de Dezembro para a sua realização embora não se trate das principais questões de fundo trouxeram a desorientação aos círculos dirigentes da «AD».

Na primeira daquelas leis a reacção dos chefes da coligação reaccionária foi de extrema agressividade e desrespeito pelo órgão de soberania que no uso das suas competências constitucionais lhe pôs o veto.

O deputado Condesso veio mesmo aos «écrans» da TV dizer que o veto presidencial era «uma provocação contra o Povo português»! Ele e Balsemão (no Algarve) e a cimeira da «AD» de anteontem tocam o estafado bordão da conotação com o PCP e que «quem beneficia com esta opção é sobretudo o Partido Comunista».

Claro que todos silenciam a imoralidade que a sua «lei» pretendia impor, como no passado salazarista, de levar a urna ao domicílio, dos falsos «doentinhos», «velhinhos» e «aleijadinhos» que as boas almas caciqueiras da «AD» iam conduzir até às urnas e «ajudar» a votar!

A propósito da nova data de 12 de Dezembro, como se sabe antes proposta pelo PCP e agora avançada pelo Governo para a realização das eleições, dizia Álvaro Cunhal no comício de dia 10, no Seixal. «Não haverá para aí alguns desses comentadores inteligentes conhecidos da nossa praça para conotar o Governo Balsemão com o PCP?».

É contudo nos planos executivo, administrativo e repressivo que a «AD» intensifica a realização do seu plano subversivo contra a democracia e as conquistas de Abril.

A revisão inconstitucional não arrancou da Constituição as nacionalizações e a Reforma Agrária, mas a ofensiva da reprivatização das empresas públicas e nacionalizadas potencialmente mais rentáveis e a devolução acelerada das terras e bens das UCP's aos antigos latifundiários prosseguem com absoluto desrespeito pelas normas constitucionais.

Iniciada com Mário Soares e o PS a contra-revolução legislativa de promulgação de «leis reguladoras» das normas constitucionais que abertamente violavam o espírito e a letra da Constituição, a ofensiva tem sido pelos Governos «AD» levada à prática nas formas mais descaradas e brutais.

No momento actual, aproveitando o interregno das sessões parlamentares, o Governo Balsemão/Freitas do Amaral intensifica a sua ofensiva antidemocrática contra as conquistas de Abril e lança-se já deliberadamente na manipulação eleitoralista dos sectores do aparelho de Estado que domina.

No sector da Reforma Agrária, o ministro Basílio Horta acaba de entregar sob a forma de reservas por «concurso público» (os leilões já não resolviam o roubo das terras) a 100 chamados «pequenos e médios agricultores» — alguns dos quais nunca mancharam as mãos na terra — 10 000 hectares de terras roubadas às UCPs. Balsemão, presente nesta farsa eleitoralista a que chamou de «jornada histórica», anunciou a entrega de mais 50 000 hectares a outros 500 «agricultores».

E, entretanto, nesse mesmo momento em Viana do Alentejo, mais de uma dezena de agricultores, aos quais em manobra semelhante haviam sido há um ano «distribuídas terras» das Cooperativas, são expulsos para que estas sejam entregues finalmente aos agrários.

Além desta nova operação demagógica, a um conjunto de medidas de estrangulamento financeiro — exigências exorbitantes de pagamento das dívidas do CAE pelas UCPs sem a contrapartida do pagamento das dívidas do Estado às UCPs — acrescentam-se agora novas medidas administrativas impostas pelas armas da GNR e sob ameaça dos cães-polícias.

Nos distritos de Portalegre, Évora e Santarém multiplicam-se os assaltos às UCPs com a GNR e os seus cães.

A reprivatização das empresas públicas e nacionalizadas prossegue activamente. O que se conhece do plano dos Mellos da antiga CUF para a reestruturação do sector das reparações e construções navais que reduziria numa primeira mão de 15 000 para 12 000 o número de trabalhadores da Lisnave, Setanave e Parry & Son é uma parte de planos mais vastos abrangendo a Banca, a Siderurgia, as Pescas, a Rodoviária, os Cimentos, a ANOP, as Cervejas e outros ramos anteriormente dominados pelos Mellos, os Champalimaud, os Espírito Santo, os Boullosa, os Quina, e outros financeiros e monopolistas.

O ministro Salgueiro, antigo gestor de empresas do grupo CUF, manobra activamente para o regresso das EP aos antigos monopólios.

A operação CEE, que faz correr Balsemão pelas capitais dos «Dez» para obter anuências à adesão de Portugal, é uma negra ameaça sobre a economia nacional e o emprego de dezenas de milhares de trabalhadores.

Os casos dos Têxteis, das Pescas, do Plano Siderúrgico Nacional e de outros grandes projectos provocam a inquietação não só dos trabalhadores como de centenas de pequenos e médios industriais, uns já falidos, outros em rápido processo de falência.

A situação nos Têxteis onde algumas grandes empresas estão já avançando medidas visando a integração na CEE, tornar-se-á extremamente aguda, muitos milhares de operários irão parar ao desemprego.

O Governo «AD»/Balsemão/Freitas oculta ao Povo português uma manobra de integração que só neste sector, de 1973 a 1980, provocou nos países da CEE o encerramento de 15 por cento das empresas e o desemprego de 512 000 operários no Têxtil e 333 000 nas Confecções.

Multiplicam-se as falências, mas o ministro Salgueiro diz que «Portugal está agora em condições de resolver os principais problemas da sua economia».

É o crescente agravamento da crise económica, financeira e social que põe com força na ordem do dia a demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, a dissolução da AR, a convocação de eleições antecipadas, a formação de um governo de gestão idóneo.

Tais medidas, que o PCP há muito preconiza, têm inteira validade e actualidade.

A perspectiva de ser atirado para a rua enche de pânico o Governo «AD». Pô-lo na rua é uma exigência nacional, uma reivindicação profunda do movimento popular e democrático.

As condições para o fazer nunca foram tão favoráveis e oportunas.

É possível travar o golpe subversivo da «AD»!

É possível atirar a «AD» para a rua!

PCP

Se o Governo faz promessas há eleições pela certa

● Nota da DORP sobre a visita do ministro da Habitação ao Porto

As eleições estão à porta e cá está o Governo que ainda temos a fazer toda uma campanha de promessas – sempre caem alguns votos – que de antemão sabe não ir cumprir. Tem sido assim desde que a «AD» está no Governo: cheira a eleições e começa a ronda dos membros do Governo – passeatas, almoços e jantares, e projectos que se tiram da algibeira. Cumpri-los é outra coisa.

Agora, é a vez de o ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (tanta responsabilidade para um homem só!) ir ao distrito do Porto. Visita a cheirar a eleitoralismo barato, logo se vê, numa despudorada campanha demagógica que o Governo da «AD» pôs em marcha com vista às próximas eleições autárquicas.

Isso mesmo denuncia a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que em comunicado difundido salienta que **há três anos no Governo, a «AD» não resolveu um único dos gravíssimos problemas com que a região do Porto se debate no campo dos transportes e da habitação, nem nenhuma obra pública de relevo foi realizada.**

Tanto se prometeu nada se cumpriu

Mas o comunicado não se fica por aqui. E é conciso quando faz uma análise da situação que se vive naquele distrito onde tanto se prometeu em duas campanhas eleitorais consecutivas e nada se cumpriu.

A situação do tráfego é uma das primeiras questões a ser analisada. Diz o comunicado:

É conhecido o agravamento substancial de todos os problemas de tráfego na região do Porto e na própria cidade. Obras fundamentais, há longos anos projectadas, e que segundo a própria Junta Autónoma das Estradas deveriam ter sido iniciadas a partir de 1979 e, nalguns casos, concluídas durante estes três anos, não foram sequer iniciadas – caso de obras como as de beneficiação e protecção da Via Norte, a substituição da Via Nordeste, a construção da cintura interna da cidade, as variantes às estradas nacionais 208 (Valongo-Matosinhos) e 109 (Miramar-Espinho), bem como a ligação da ponte da Arrábida ao centro de Vila Nova de Gaia, entre outras. É escandaloso, e um verdadeiro insulto à legítimas aspirações e à própria inteligência do povo do Porto que, as obras pelas quais o governo deveria vir prestar contas sejam, certamente, as que agora ainda virá prometer.

Faltam transportes e prédios

Mais adiante e depois de referir a grave inoperacionalidade do porto de Leixões e o arrastamento da escandalosa falta de condições do aeroporto de Pedras Rubras, o comunicado aborda a falta de transportes públicos e a carência habitacional, salientando:

Largas zonas dos concelhos do Grande Porto continuam a não estar cobertas pela rede de transportes públicos. Os aumentos brutais que ao longo destes três anos têm sofrido os preços dos transportes, não tem tido qualquer correspondência na melhoria dos serviços prestados, e, além disso, o Governo da «AD» prepara novos e insuportáveis aumentos dos transportes.

A situação crítica da habitação na região do Porto é um drama da inteira responsabilidade do Governo e dos autarcas da «AD», subordinados que estão aos interesses da grande especulação imobiliária. O défice habitacional, só no concelho do Porto está calculado em 40 mil fogos. O número de prédios «classificados» em situação de ruína ascende a alguns milhares.

É verdadeiramente criminosa a actuação do Governo da «AD» em relação aos desalojados da Sé e de Miragaia, vítimas dos temporais de final de 1981, pois passados todos estes meses ainda nem sequer um escudo da verba de emergência de 200 mil contos foi enviado pelo Governo para a Câmara do Porto.

Douro: Faina eleitoral

Poderíamos pensar que o comunicado ficava por aqui nas críticas justas que aponta à actuação do Governo «AD». Puro engano. Muito mais há ainda para dizer, resultante do pouco, ou nada, que o Governo tem feito. O tão falado projecto de navegabilidade do Douro e a ponte que substituirá a velha ponte de D. Maria são dois pontos controversos a merecerem críticas. Sobre isto diz o comunicado da DORP do PCP:

É politicamente inaceitável a decisão unilateral do Governo da não construção de uma ponte mista, rodoferroviária, sobre o Douro, em substituição da ponte de D. Maria, solução que claramente se impunha, quer do ponto de vista económico, quer das necessidades das populações da região do Porto, quer ainda por ser essa a vontade expressa das autarquias do Porto e de Gaia.

O projecto de navegabilidade do Douro, já «inaugurado» por Pinto Balsemão na campanha eleitoral de Soares Carneiro está sujeito a constantes atrasos da responsabilidade do Governo, que a custo esconde as negociatas em curso para entregar ao capital privado a exploração futura de uma obra de grande importância económica e social e que está a ser realizada com recursos públicos.

Inaugurar o inaugurado

Inaugurar o que já foi inaugurado, ou inaugurar o que só daqui a anos começará a funcionar tem sido a vocação eleitoralista da «AD». No regime fascista havia a vocação de cortar fitas, pela figura de Américo Tomás, no Governo «AD» há a vocação de inaugurar duas vezes. Isto mesmo denuncia o comunicado da DORP referindo a vinda em peso do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes (mas que responsabilidade para um só homem!) ao Porto, a três meses das eleições autárquicas. E acrescenta:

O despudor desta manobra eleitoralista vai ao ponto de a Câmara de Gaia ser utilizada como simples cenário para que o Ministério das Obras Públicas entregue ao Ministério da Educação, do mesmo Governo «AD», duas escolas, e de, em Matosinhos, o sr. ministro ir inaugurar duas passagens desniveladas, uma das quais (a da Sr.ª da Hora) já está inaugurada há mais de uma ano.

Por último, a nota da DORP do PCP, **ao mesmo tempo que relembra a responsabilidade do Governo da «AD» na não solução e no agravamento dos graves problemas existentes na região do Porto nos domínios da habitação, transportes e obras públicas, não pode deixar de denunciar o carácter perfeitamente concertado, demagógico e eleitoralista da visita do ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes ao Porto, visita, em que o Governo aparece a assumir o papel de agente eleitoral da «AD» e comprovam uma vez mais que a «AD» no Governo não garante minimamente as condições de respeito pela legalidade e normalidade democrática das próximas eleições autárquicas. Isto constitui uma razão poderosa, se não sobejassem já outras, para que este Governo seja demitido quanto antes e a «AD» afastada do Poder.**

Delegação da LCJ em Portugal

A convite do PCP visitará Portugal de 16 a 20 de Setembro uma delegação da Liga dos Comunistas da Jugoslávia dirigida pelo camarada Ali Sukrija, membro da Presidência do Comité Central da LCJ

O Militante

Boletim de Organização do PCP

A VENDA

o número 87

- Lutar cada vez mais para salvar a democracia
- Sobre a Campanha de Recrutamento (II)
- Defender a nossa agricultura é defender a RA e os interesses dos PMAs, é lutar pelo afastamento da «AD» do Poder
- O primeiro Encontro de Células de Empresa dos Sectores Têxteis e Vestuário do Distrito do Porto
- Cooperativas de produção operária
- É indispensável aumentar a difusão de «O Militante»
- Semana de luta e protesto das escolas secundárias
- Sobre os incêndios nas florestas
- A mais longa e a maior vitória no STCP
- Experiências de organização — Criação e actuação de uma célula de bairro
- A situação política após a revisão da Constituição (perigos, perspectivas e tarefas) – Documento aprovado no plenário do Comité Central de 6-7/IX/82

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Agosto: 42 050

Nacional

Requerimento ao Governo

Que seja divulgado relatório do 1º de Maio

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou anteontem um requerimento ao primeiro-ministro solicitando a urgente divulgação do relatório sobre os acontecimentos ocorridos no Porto na véspera do 1.º de Maio.

No texto referido começa-se por afirmar:

O País inteiro sabe que o Governo está desde há várias semanas na posse de um relatório de importância decisiva para o esclarecimento dos gravíssimos acontecimentos ocorridos no Porto na noite de 30 de Abril para 1 de Maio.

Sob vários pretextos, o Governo tem-se recusado a dar ao País integral conhecimento de tal relatório. Da mesma forma tem procedido em relação à Assembleia da República, violando compromissos assumidos no momento em que os partidos governamentais rejeitaram a realização de um inquérito parlamentar sobre a matéria.

Assim, largas semanas após a respectiva conclusão e entrega, o relatório oficial sobre os acontecimentos sobre o 1.º de Maio não foi ainda transmitido à Assembleia da República, apesar de, nos termos constitucionais, o Governo ter sido instado pelo Grupo Parlamentar do PCP a pôr termo a tal omissão.

Em vez de, como era exigência democrática, dar conhecimento ao País do teor do inquérito realizado, o MAI permitiu-se mesmo emitir sobre a matéria uma nota oficiosa manipuladora onde, através daquilo que tudo indica ser a mutilação de elementos do relatório, procura encontrar cobertura para a actuação antidemocrática do Governo e fundamento para as acusações por este dirigidas a organizações sindicais.

Confrontado com a crítica fundamentada desta peça manipulatória e com a generalizada exigência da divulgação integral das conclusões do relatório, o Governo tem-se refugiado na invocação do segredo de justiça. Ora o Governo vem revelando ter do segredo de justiça uma inaceitável concepção, caracterizada, desde logo por carecer de qualquer suporte legal, como tem sido demonstrado através de pareceres de entidades idóneas, inclusivamente da Procuradoria-Geral da República. Mas, pior ainda, tal concepção assenta na identificação abusiva entre os interesses da justiça e as conveniências sectárias do Governo. Insistindo sempre em propalar (que não provar) as mais graves acusações sobre factos sujeitos a inquérito, o Governo tem invocado sistematicamente o segredo de justiça a partir do momento em que as indagações oficiais põem em cheque as acusações que formula.

E mais adiante, a terminar:

Importa sublinhar, finalmente, que as razões alegadas pelo Governo para sustar a divulgação pública do relatório do 1.º de Maio, sendo em geral inconsistentes, não podem, em qualquer caso, ser invocados para recusar a sua imediata transmissão à Assembleia da República, dada a natureza e competências deste órgão de soberania e a sua posição no sistema de órgãos de Poder.

É este o entendimento que unanimamente tem prevalecido e que encontrou recente expressão a propósito do chamado Relatório de Timor.

A recusa de comunicação à Assembleia da República do relatório do 1.º de Maio não poderia, pois, deixar de assumir o significado de uma ostensiva obstrução ao exercício do poder de fiscalização que esta deve livremente exercer.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PCP requer, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o conhecimento do teor integral do inquérito realizado pela Procuradoria-Geral da República sobre os acontecimentos ocorridos no Porto na noite de 30 de Abril para 1 de Maio.

Reformados de Setúbal dão o exemplo

Num ambiente de festa que o próprio edifício da Câmara, com as suas madeiras, mármores e tapeçarias, ajudou a enquadrar, mas sobretudo pela alegria e combatividade de centenas de reformados e outros pensionistas que encheram o Salão Nobre e transbordando pelas escadarias, corredores e mesmo para a rua, o Plenário Distrital de Setúbal de reformados, pensionistas e idosos que ali se realizou no passado dia 4 adoptou uma importante resolução, onde estão claramente consignados os seus objectivos de luta imediatos.

Em áreas como a da saúde, da assistência social, da habitação reafirmam-se as posições reivindicativas já assumidas pelo MURPI, e, no que toca a pensões, sublinha-se que «os reformados, pensionistas e idosos devem exigir que o Estado subsidie a Previdência na medida do necessário para que desempenhe as funções que lhe cabem, e conceda **pensões que, sem excepção, permitam uma vida decente e tranquila, equivalente, no mínimo, a 60% do salário mínimo correspondente aos trabalhadores da indústria e comércio, dos rurais e domésticos».**

Estas reivindicações e a denúncia do desastre que a política dos governos «AD» tem sido para o Povo português e em particular para os estratos sociais mais desprotegidos, como é, na generalidade, o dos reformados e pensionistas, foram motivo de muitas das intervenções feitas no plenário, de represenantes concelhios e de freguesia das organizações de reformados e de membros da Comissão Permanente e Distrital, que apelaram para uma maior participação dos reformados na luta pelos seus direitos.

Tanto mais que, como também consta das conclusões, **os idosos, os inválidos e as viúvas devem estar atentos e rejeitar falsas promessas e «rebuçados» eleitorais,** que a «AD» está provado não cumpre mas a que sempre recorre em tempos de caça ao voto.

Para a sua luta, os idosos contam com a solidariedade sempre presente dos trabalhadores no activo e das suas estruturas democráticas, que no plenário – nomeadamente através de um representante da União dos Sindicatos de Setúbal, e do presidente APU da Câmara de Setúbal – puderam expressar o empenhamento que põem na defesa dos direitos dos trabalhadores reformados, e que igualmente puderam, aliás, receber de todos os presentes o caloroso e confiante acolhimento de quem se sente «sempre acompanhado».

No final do plenário foi eleita por unanimidade e aclamação a nova Comissão Distrital – eleição que é ela própria uma prova do fortalecimento do movimento de reformados do distrito: com excepção de dois concelhos, «onde a dinâmica do movimento é ainda deficiente», todos os outros estão hoje representados na Comissão Distrital com um membro efectivo e um suplente. O movimento tem assim novas condições para se enraizar e alargar em cada localidade, e pode contar com um colectivo de direcção que é expressão de todo o distrito.

À nova Comissão Distrital o plenário responsabilizou pelas tarefas de 1) dinamizar o movimento dos reformados nos concelhos onde se revelaram as maiores dificuldades, designadamente Sesimbra e Sines; 2) chamar a si os representantes desses concelhos, democraticamente eleitos nos mesmos; 3) eleger o seu próprio Executivo distrital; 4) estudar a articulação funcional entre a Comissão Distrital e os Coordenadores eleitos no plenário nacional e que se mantêm em funções.

Festas da APU

Já **depois de amanhã**, sábado, nas **Caxinas, em Vila do Conde,** realiza-se uma festa popular promovida pela APU com a actuação de José Viana e Dora Leal, entre outros, a intervenção política estará a cargo do camarada Edgar Correia, do CC do PCP.

No **domingo, dia 18,** a "Festa da Vida" estará em **Valbom, no Gramido**, promovida pela comissão eleitoral da APU e contando no seu programa com jogos populares, *rock*, canções e uma intervenção política a cargo do camarada Avelino Gonçalves, membro suplente do CC do PCP.

Entretanto **José Viana, Dora Leal** e o seu grupo estarão em Ermesinde, Sé, Baião, Amarante e Valbom a apresentar a peça "A pata que os pôs" no quadro de iniciativas da APU, são as seguintes, as datas dos espectáculos: na **Sé** dia 16, pelas 21.30 no Terreiro da Sé; em **Ermesinde** no dia 17 pelas 21.30 na Casa do Povo; em **Baião** (Santa Marinha do Zêzere) dia 19, às 15.00, no Largo do Coreto; em **Amarante** também no dia 19, pelas 21.30, no Mercado Municipal; em **Valbom** (Gondomar), dia 21, às 21.30 no salão da Escola Dramática.

Cursos de alemão e russo em Almada

Estão já abertas as inscrições para os cursos de língua alemã e russo, organizados pelo Núcleo de Almada da Associação Portugal-RDA e Associação Portugal-URSS.

Os cursos podem ser frequentados por sócios e não sócios das Associações, podendo as inscrições ser feitas de segunda a sexta-feira, das 15 às 23 horas, na sede do Núcleo, no largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade.

O início das aulas está marcado para o princípio do mês de Novembro, sendo a duração do ano lectivo de oito meses (Novembro a Junho).

Poder local

Grande actividade da APU em Lisboa e no Alentejo

Na sequência do trabalho preparatório para as eleições autárquicas irão realizar-se, no Distrito de Lisboa e nos próximos dias inúmeras reuniões e plenários com o objectivo de discutir as listas de candidatos a apresentar nas eleições e a planificação de todo o trabalho eleitoral.

Destacamos, entre as iniciativas previstas, as seguintes:

Dia 15: Queluz de Baixo – reunião dos militantes das empresas da zona, no clube recreativo "Os Fixes", às 18.30; **Tercena** – reunião de militantes no CT da localidade; **Algés** – plenário de militantes de Carnaxide; **Sto. Amaro de Oeiras** – plenário de militantes de Sto. Amaro de Oeiras e Paço d'Arcos;

Dia 16: Algés – plenário de militantes das empresas de Carnaxide; **Amadora** – encontro de quadros do Concelho da Amadora, na Filarmónica, com a presença de Luís Sá e António Abreu;

Dia 17: Lisboa – Comício no Pavilhão dos Desportos promovido pela DORL no qual usarão da palavra José Casanova, suplente da Comissão Política do CC do PCP, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP; realizar-se-á às 21.30;

Dia 18: Ajuda – no Bairro 2 de Maio, pelas 10.00 horas, encontro com a população com a presença de Silva Graça, vereador da APU na CM de Lisboa e que estará também no **Largo do Beato** pelas 16.00; **Alcântara** – no Jardim do Alto de Santo Amaro, pelas 16 horas, Canto Livre, iniciativa da APU para reformados;

Finalmente no sábado, dia 18, a camarada Zita Seabra, deputada do PCP e membro do CC do PCP, estará na zona da **estrada de Chelas** (Freguesia de S. João) entre as 10.00 e as 17.00, para encontros com a população.

Plenários no Alentejo

Para discussão de listas e programas da APU com a população realizar-se-ão os seguintes plenários no Alentejo:

Distrito de Évora – Campinho – dia 17, às 21.00 na Sociedade; **Nora** – dia 17 às 19.30 frente à Escola Primária; **Barro Branco** – dia 17 às 21.30 frente ao Posto Médico; **Alcaravija** – dia 18 às 19.00 no largo do Forte; **Rio de Moinhos** – dia 18 às 21.00 na Casa do Povo; **Orada** – dia 24 às 21.30 na Casa do Povo; **Borba** – dia 26 às 17.00 no ex-Ciclo.

Distrito de Portalegre – Santo Amaro – dia 17 às 21.00 na Casa do Povo; **Sousel** – dia 18 às 10.00, **Plenário distrital no cinema de Sousel com a presença de Carlos Costa e Luís Sá.**

Distrito de Beja – Santana da Serra – dia 18, porta-a-porta; **Vila de Frades** – dia 17 sessão APU; **Serpa** – dia 17 plenário com os candidatos APU.

De recordar entretanto que é já nos próximos dias 25 e 26 de Setembro a **Festa Alentejana**, em Beja, promovida pela APU.

Governo Regional dos Açores tenta destruir Poder Local

– Conclusão do plenário da DORAA

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP reuniu-se em sessão plenária nos passados dias 11 e 12 do corrente na Escola da Vitória em Ponta Delgada.

Na agenda dos trabalhos estiveram a sitação política nacional e regional e a preparação para as próximas eleições autárquicas.

No que respeita à situação política geral a DORAA decidiu promover, de imediato, um conjunto de acções para discussão e esclarecimento sobre o momento político presente, viradas não apenas para a organização regional do Partido mas também para os mais amplos sectores democráticos dos Açores.

Na análise que fez da situação política específica da Região Autónoma dos Açores, a DORAA considera como questões fundamentais no arquipélago a vasta campanha pré-eleitoral, antidemocrática e profundamente ilegítima que o PPD/PSD está a desenvolver, usando para tal quase toda a comunicação social e o aparelho administrativo da Região Autónoma, bem como o prosseguimento da política antipopular, antidemocrática e incompetente do Governo Regional.

A DORAA divulgou estar a APU apta a concorrer a um número de assembleias de freguesia que será largamente superior ao dobro daquele a que concorreu em 1979.

As conclusões do 4.º Encontro de Câmaras dos Açores recentemente realizado e no qual a maioria dos presidentes de Câmara se pronunciaram pela drástica redução de poderes dos municípios a favor do Governo Regional, mereceu também uma tomada de posição da DORAA que classificou tal atitude como sendo de completa subserviência ao PPD regional e ao Governo de Mota Amaral, que desde há muito procura destruir o Poder Local naquela Região Autónoma.

Encontro concelhio de Almada

APU cumpre – APU vai continuar! Em Almada, a confiança no juízo que as populações fazem do que tem sido a gestão APU e na sua determinação de contribuir para o reforço do Poder Local democrático nas eleições previstas para 12 de Dezembro expressa-se nesta palavra de ordem, sob que foi convocado para o próximo sábado o Encontro Concelhio da Aliança Povo Unido.

O Encontro, que decorrerá na Incrível Almadense a partir das 14 e 30, reunirá mais de 600 participantes e é aberto a toda a população.

De cinco grandes pontos constará a ordem de trabalho. Nos três primeiros se fará o balanço do trabalho realizado, com referência ao programa da APU e aos planos de actividades nos vários órgãos autárquicos, se discutirão as bases do futuro plano de actividades, assim como a previsão e objectivos quanto aos resultados eleitorais tendo em conta o trabalho realizado nas autarquias APU. Num quarto ponto serão discutidas as medidas e perspectivas para o trabalho eleitoral – no que respeita à pré-campanha e à campanha, à formação de comissões unitárias de apoio e aos programas eleitorais, com o objectivo central que é reforçar a participação da APU nos órgãos autárquicos do concelho.

Finalmente, o Encontro debaterá a importância do fortalecimento da APU nas autarquias como contributo para a resolução dos problemas nacionais.

No Encontro participarão todos os organismos de direcção concelhia e outros quadros do Partido, previsíveis candidatos incluindo independentes, actuais eleitos e outros democratas do concelho.

Participarão também o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, António Galhordas, vice-presidente do MDP/CDE, e Brissos de Carvalho, independente, que intervirão no comício que encerrará o Encontro.

Porto – Encontro de eleitos sobre as tarifas da electricidade

Realiza-se amanhã, sexta-feira, pelas 21.30, no Cineclube do Porto – Rua do Rosário, 5 – 1.º – um encontro de vereadores e outros eleitos da APU dos concelhos do Grande Porto sobre as tarifas de electricidade.

No centro do debate estarão os seguintes temas:

- a situação actual em cada concelho, as tarifas que estão a ser cobradas, as posições assumidas pelas várias forças políticas, a luta que as populações têm travado contra os aumentos;
- possíveis consequências e medidas face ao decreto-lei do Governo que nomeadamente estabelece a tarifa única e aumentos graduais nestes concelhos;
- o conjunto de medidas tomadas pelo Governo no decreto-lei relativo ao sector da energia eléctrica, das autarquias e da EDP, nomeadamente o problema das "dívidas", da integração de serviços municipalizados na EDP e da entrega da distribuição de electricidade às autarquias.

O problema do aumento das tarifas de electricidade tem mobilizado muitos milhares de pessoas, que, nomeadamente com concentrações e abaixo-assinados, em Gondomar, Matosinhos, Gaia, protestam contra o aumento das tarifas.

Socialistas e independentes nas listas APU

«Com a direcção actual e com a actual orientação oficial, pode contar-se com socialistas, mas não se pode contar com o PS para a defesa da democracia». Esta conclusão, que a reunião do CC da passada semana reafirmou, contém duas afirmações que não apenas não se contrapõem, mas se completam, e são igualmente verdadeiras para os comunistas, para outros democratas do MDP e independentes e para um número crescente de socialistas e eleitos socialistas que no plano autárquico optam pela APU para consequentemente poderem defender os seus ideais democráticos.

À medida em que vão sendo completadas e divulgadas as composições de listas APU às próximas eleições, o seu carácter amplamente unitário vai sendo confirmado, com destaque para muitas localidades e órgãos autárquicos onde só a recusa do PS à unidade com o PCP e a APU permitiu à «AD» arrecadar maiorias e prosseguir, na gestão das autarquias, a mesma política antidemocrática e de desprezo pelos interesses populares e nacionais praticada pela maioria «AD» no Governo.

Actual eleito do PS é candidato APU à presidência da Câmara de Mourão

Neste movimento de reforço unitário da APU, pela integração nas suas listas e comissões de apoio de outros democratas com e sem partido, e nomeadamente de socialistas e eleitos em listas PS, merece destaque esta semana o anúncio de que o actual Presidente da Assembleia Municipal de Mourão, Alexandre Jorge Simões Pinto de Barros, eleito como independente pelo PS em 1979, é o candidato da APU à Presidência da Câmara Municipal de Mourão nas próximas eleições autárquicas.

Segundo a Coordenadora local da APU, «a candidatura de Alexandre Pinto de Barros, que goza de grande prestígio e estima em todo o concelho, tem sido recebida com grande regozijo pelos meios democráticos de Mourão, que lhe têm manifestado do apoio e apreço pela sua decisão».

O concelho de Mourão é o único do distrito de Évora onde nas eleições autárquicas de 79 o PSD obteve a maioria para a Câmara (e, portanto, a Presidência), com 815 votos (39,4%) e dois mandatos. A APU obteve então 696 votos (33,7%) e dois mandatos, e o PS 468 votos (22,6%) e um mandato.

Prestígio da APU cresce no Baixo Mondego

Em recente reunião do Organismo do Baixo Mondego do PCP foi analisado o andamento do trabalho de elaboração das listas para as eleições das autarquias locais, tendo-se registado com agrado o entusiasmo e a adesão de inúmeros democratas à participação nas listas e aos diversos trabalhos preparatórios.

Tal como se verifica noutros pontos do País, a APU afirma-se crescentemente, no Baixo Mondego, como alternativa válida no trabalho autárquico, sobretudo pela capacidade e competência dos seus eleitos ao serviço das populações, o que tem feito crescer o prestígio da Aliança Povo Unido.

A apreciação política feita pelo Organismo do Baixo Mondego do PCP conclui, em traços breves, que estas eleições se realizam «numa altura em que o Governo «AD» se encontra confrontado com os resultados de uma política ruinosa que, a não ser travada, levará o País ao caos económico e à miséria» e caracterizada pela «continuação da ofensiva contra as classes laboriosas, quer através do aumento dos factores de produção para os agricultores, quer tentando impor novos tectos salariais à classe operária e aos empregados, quer com aumentos dos preços dos produtos de primeira necessidade».

Em relação ao PS, o Organismo do Baixo Mondego do PCP considera que «estas eleições se realizam num ano de grande fraqueza orgânica e de princípios» daquele Partido pois, «aliado de facto à direita em questões tão importantes como a revisão da Constituição, aliado à direita em muitas regiões do País ao nível de órgãos autárquicos, minado por contradições internas e externas, o PS apresenta-se a estas eleições na defensiva, sem capacidade de mobilização e sem capacidade para modificar a sua prática política nos órgãos autárquicos que domina, ou para oferecer alternativas válidas à 'AD'».

Assim a APU — cujas listas estão abertas a todas as pessoas interessadas, quer sejam militantes dos partidos que a constituem (PCP e MDP), quer independentes ou militantes e simpatizantes de outros partidos, nomeadamente simpatizantes e militantes do PS descontentes com a prática deste Partido — apresenta-se a estas eleições dizendo: a sua prática política é garantia de coerência, de competência e de seriedade no trabalho das autarquias.

No âmbito da preparação e formação de listas para as eleições autárquicas, está prevista a realização na região do Baixo Mondego dos seguintes plenários de activistas da APU: **Ançã** (Concelho de Cantanhede), sábado dia 18 de Setembro às 22.00; **Pereira do Campo** (Concelho de Montemor-o-Velho) sexta-feira dia 17 de Setembro às 21.30; **Alfarelos** (Concelho de Soure) sexta-feira dia 17 às 21.30; **Condeixa** — plenário com almoço e convívio.

Onde está o sentido da dignidade?

Na passada sexta-feira, a SIP do PCP, respondendo a solicitações de diversos órgãos de informação, divulgou o seguinte comentário ao comunicado da Comissão Permanente do PS tornado público na véspera:

1. O comunicado da Comissão Permanente do PS não refuta uma única das acusações políticas formuladas pelo PCP a respeito do comportamento da direcção actual e da actual orientação oficial do PS.

Em consequência, impõe-se a conclusão de que é tanta a má consciência do grupo dirigente do PS e tão grandes as suas responsabilidades que não se sente com forças para negar ou desmentir as justas acusações e críticas do PCP.

2. Por outro lado, o comunicado da Comissão Permanente revela-se pródigo em grosseiros insultos pessoais a dirigentes do PCP.

A conclusão que se impõe é que a direcção do PS, a par da degradação política atestada no constante e activo colaboracionismo com a AD, perde o sentido de dignidade na intervenção e no debate político.

3. Os democratas portugueses dispõem de elementos bastantes para tirarem as suas próprias conclusões. O comunicado da Comissão Permanente do PS não merece mais comentários.

PCP

Assinalável êxito da Aveiro-Festa 82

● Muitos socialistas aderiram à APU

– *revelou camarada Luís Quintino*

Por iniciativa dos comunistas, no passado fim-de-semana Aveiro esteve em festa. Aveiro-/Festa-82, como lhe chamou a Comissão Distrital de Aveiro do PCP que pela segunda vez realiza esta iniciativa, registou uma participação por parte da população local que traduz bem o interesse suscitado.

Importante jornada de alegria, fraternidade e confiança assim o entenderam os milhares e milhares de pessoas que por ali passaram e que nem só aos *stands* de artesanato ou aos restaurantes deram atenção.

Com efeito, muitos motivos mais havia para participar na Festa, desde o espectáculo musical, onde estiveram presentes nomes conhecidos, até às exposições e colóquios.

As exposições ali patentes podem ser consideradas um êxito tal a afluência verificada. Subordinadas a diversos temas – "150 Anos de Imprensa em Aveiro"; "90 Anos de Desporto em Aveiro"; "O Artesanato"; "O PCP e a Luta de Massas no Distrito"; e ainda "O Poder Local Democrático" – constituíram motivo de interesse para quase todos que se deslocaram à Festa.

Grande participação se verificou igualmente no colóquio sobre o Poder Local e que teve como intervenientes Severiano Falcão, Osvaldo Castro, Manuela Vaz Serra, Bernardino Ribeiro e António Bidarra da Fonseca. Muitas das questões autárquicas na generalidade ali foram abordadas e, como não poderia deixar de ser, também problemas relativos aos órgãos autárquicos do distrito vieram a lume.

Um outro colóquio que mereceu interesse foi o referente à "Luta das Mulheres e a Defesa dos seus Direitos" e que contou com a presença da camarada Zita Seabra, deputada pelo PCP.

Também a actividade desportiva não foi esquecida tendo sido praticadas diversas modalidades que culminaram com a corrida Aveiro/Festa-82.

No fim da tarde de sábado um comício em que esteve o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e de cujo discurso transcrevemos extractos noutro local, reuniu muita gente no recinto da Festa. O outro orador foi o camarada Luís Quintino, do secretariado da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

Independentes e socialistas nas listas APU

Começando por saudar todos os camaradas e amigos que ajudaram e tornaram possível a realização da Festa e ainda a presença dos camaradas Álvaro Cunhal e Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, Luís Quintino agradeceria ainda as facilidades concedidas **pelas mais diversas entidades oficiais e em particular aos trabalhadores da Câmara Municipal de Aveiro que de uma ou de outra forma nos ajudaram a pôr de pé a nossa Festa.**

E a sua intervenção virar-se-ia para a questão das autarquias locais. Diria Luís Quintino:

A nossa Festa teve este ano como lema o poder local através da decoração e das exposições procurámos informar o povo do distrito das realizações da APU no distrito e no país; procurámos informar da importância da presença da APU nas autarquias locais e estamos certos de que esta nossa realização irá contribuir para o aumento do prestígio do Partido no Distrito, para o aumento do prestígio da APU, para a unidade de todos os democratas e antifascistas no combate que vimos travando contra o Governo da AD, que com a ajuda preciosa da "mãozinha" do PS/Mário Soares pretendem destruir o regime democrático.

Esta realização – acrescentou – **irá contribuir certamente, para a mobilização necessária de todo o Partido, de todos os democratas e antifascistas, de todos os homens, mulheres e jovens que, independentemente das suas opções político-partidárias, compreenderam a necessidade de defender a Democracia e o 25 de Abril.**

Mais adiante e referindo-se em particular às próximas eleições autárquicas revelou:

Podemos afirmar que dezenas de independentes já aceitaram fazer parte das listas da APU para as autarquias locais, que homens do Partido Socialista já assinaram declaração de aceitação de candidatura da APU numa mostra clara, que é com a APU, é com o PCP que Abril será defendido, que a democracia triunfará, que os perigos que a ameaçam serão conjurados, com a unidade necessária de todos aqueles que não desejam o regresso ao passado.

Festas do PCP

Campanhã

Campanhã vai estar em Festa. É já este fim-de-semana e – ao que nos contam – é festa a não perder já que o programa no que toca a recheio, que é como quem diz naquilo que tem para oferecer nos seus aspectos cultural e recreativo vai ser coisa rija, suficientemente forte para agradar a quantos por ela passarem.

Promovida pela Comissão de Freguesia de Campanhã do PCP, a Festa decorrerá numa vasta área circundada pela Praça Velasquez, a Avenida Fernão Magalhães, a Rua Monte Aventino e a Rua Manuel Carqueja.

Sobre a Festa e a sua preparação e porque ela assume características particulares numa freguesia em que a APU coloca como objectivo obter a maioria, falou-nos o camarada José Eduardo, do Comité Local do Porto, responsável pela organização de Campanhã: "A Festa vai realizar-se num terreno camarário, abandonado, cheio de entulho. Por isso começámos a trabalhar para pôr o terreno em condições, já a semana passada. Dezenas de camaradas e amigos do Partido e mesmo populações que nada tem a ver connosco, participaram neste trabalho."

E quanto à venda de bilhetes? – quisemos saber.

"A venda de bilhetes está a processar duma forma muito dinâmica, são muitas as pessoas, mesmo amigos do Partido que assumiram a tarefa de vender. Por outro lado, fazemos porta-a-porta, para divulgação do programa da festa e vendemos também desta forma uma boas centenas de APU's (acesso para um)."

E o ambiente para a Festa?

"O ambiente é bom. Toda gente na freguesia fala na Festa, há grande receptividade. Pode ver, por exemplo, bandeiras nas janelas de casas, cartazes da Festa com a indicação 'Aqui vendem-se bilhetes', a Festa

Mangualde

Um animado baile com o conjunto "Forum", a actuação do Grupo Seara e de José Barata Moura, constituem o prato forte do espectáculo integrado na Festa Popular de Mangualde, a realizar no próximo sábado, dia 18, por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP.

Na festa, cujo início está previsto para as 20 horas, estará presente o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP que proferirá uma intervenção política.

Festa do Mar, e M

Uma onda de

Uma onda de fraternidade, alegria e confiança percorreu no passado fim-de-semana a Festa do Mar, uma realização da Organização Concelhia de Matosinhos do PCP.

A Festa do Mar, foi uma festa jovem e alegre com o *rock* dos UHF, que no sábado à noite reuniu muita juventude, com José Viana, Dora Leal e o seu grupo que no domingo, à tarde, animaram os mais e os menos jovens.

Mas foi também uma festa de reflexão. Concelho do Grande Porto, gerido por uma maioria PS, Matosinhos é um exemplo vivo de como o PS não é solução nem alternativa para uma gestão camarária ao serviço e na defesa dos interesses da população. Num colóquio sobre o Poder Local que contou com a presença dos camaradas Helena Medina, do CC e da DORP e Valdemar Madureira, vereador da Câmara Municipal de Matosinhos, ficou claro que em questões fundamentais o PS e a 'AD' convergiram em opiniões e actos contra os interesses do povo.

Numerosos exemplos foram dados: convergiram na corrupção e na ilegalidade em concurso para atribuição de casas; na tentativa de aumento de rendas de casas de habitação social; nos aumentos de luz e água. Narciso Miranda, presidente da câmara PS, é um defensor acérrimo das medidas propostas pelo Governo de que resultam novos aumentos para os munícipes.

Ali, naquela Festa do Mar, ficou provado que a alternativa para uma gestão que defenda os interesses do povo, é o reforço da votação na APU.

E, na Festa do Mar, onde se ria com as piadas (sérias) de José Viana, veio nova onda. Foi uma vaga grande, enorme, de determinação, de confiança: "A luta continua – AD para a rua", foi incansavelmente gritado durante o comício, onde intervieram Valdemar Madureira sobre problemas autárquicos em nome da Comissão Concelhia e o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP.

A última "regalia"

Dias Lourenço, além das considerações políticas de ordem geral em que reafirmou as posições do PCP, abordou demoradamente a situação dos trabalhadores das fábricas e do mar de Matosinhos.

Referindo casos concretos na região afirmou:

Vós, operários e operárias, pescadores de Matosinhos, podeis testemunhar de forma inteira e directa se as acusações

Festa d U

Na cidade do Porto realizou-se a Festa da Unidade, organizada pela Comissão de Zona de S. Victor do PCP. Dançou-se ao som da música dos "Diapasões", ouviu-se Carlos Cunha e ouviu-se fado, o fado de Fernando Farinha.

Mas a pouco tempo das eleições para as autarquias locais, espera-se com especial ênfase, nestas festas, intervenção de camaradas da direcção do Partido, que falem da situação política, das perspectivas de luta.

Em S. Victor, muitas pessoas ouviram atentamente o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, que num comício realizado sábado à noite se referiu à situação política e, mais concretamente, às próximas eleições autárquicas.

Deste capítulo do seu discurso transcrevemos a seguinte passagem:

"A primeira ideia essencial a sublinhar é esta: só a APU é alternativa à 'AD'. Temos que convencer bem firmemente disso. Os homens do PS citam muitos números para dizerem que o PS é que é a alternativa à

Linda-a-Velha

Momentos de alegria e de saudável convívio proporcionou a quantos por ela passaram, a VI Festa Popular de Linda-a-Velha, iniciativa recentemente realizada pelas organizações locais do PCP e da JCP.

Recheada de diversas actividades culturais e recreativas, a Festa culminou com um comício em que interveio o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC. Na sua alocução, o dirigente comunista abordou a situação política, tendo salientado as próximas eleições autárquicas como importante batalha política a travar até finais do corrente ano.

Entretanto, informam-nos as camaradas da organização que o sorteio das rifas premiou os seguintes números: 1.º – 1.º prémio; 4819 – 2.º prémio; 0330 – 3.º prémio.

Os contemplados poderão levantar os prémios até ao fim deste mês no Centro de Trabalho de Algés.

Silves: Festa d foi um grande

O Castelo de Silves, magnífico anfiteatro natural, foi palco no último fim-de-semana, de uma grande festa organizada pela Comissão Concelhia do PCP.

Mais de duas mil pessoas participaram nesta importante realização de convívio e luta que contou com um programa musical diversificado e onde os visitantes puderam adquirir artesanato e especialidades da terra e da zinha regional.

A intervenção no comício de encerramento esteve a cargo do camarada Vítor Neto, membro do CC, que referiria na sua intervenção a importância da próxima batalha eleitoral das autarquias, sublinhando as potencialidades existentes de uma maior força da APU na Câmara de Silves.

Discurso de Álvaro Cunhal

(...) Então o que é que há? O que é que se passa? Como vai a situação política? Quais são as perspectivas? Quais são os acontecimentos?

As propostas de paz da «AD» ao PR

E então, se me permitem, eu começo por referir o que diziam os jornais de ontem. Muitos já os leram certamente, mas é um pequeno acontecimento que entretanto com razão nos deve levar a pensar um pouco. É o facto de o Primeiro-Ministro segundo os jornais, ter dirigido uma carta ao Presidente da República e ter proposto nessa carta a «paz institucional». É ele que o diz. Propôs a paz ao Presidente da República! Isto não é coisa completamente nova. Há pouco tempo o sr. Freitas do Amaral, já depois de aprovada a lei da revisão da Constituição também afirmou que era necessário começar a «normalidade institucional», sem conflitos com o Presidente. E Balsemão, no dia 1, copiando o seu vice-primeiro-ministro, veio falar da «pacificação» dos órgãos do Poder e que não convinha nem era sua intenção desafiar o Presidente. E o «Diabo», esse jornal reaccionário cujas provocações são bem conhecidas, e provocações diárias contra o Presidente da República, também nessa data veio dizer, que ninguém deseja o conflito do Presidente com o Governo. Esta súbita «pacificação», esta vontade por parte dos partidos reaccionários de não criarem conflitos neste momento com o Presidente da República é questão que nos deve levar a pensar um pouco.

Porque é que se passa isto? Porque é que se passa isto agora quando ainda não há muito tempo Freitas do Amaral afirmava que o Presidente da República era «um perturbador». E quando Balsemão, copiando o Freitas, também chamava ao Presidente da República «um elemento perturbador»? E quando o Nascimento Rodrigues, do PSD, acusava o Presidente de «interferência irregular e despropositada»? E quando a AD conduzia uma verdadeira campanha contra decisões legítimas do Presidente? E quando, por qualquer coisa que o Presidente dizia que não agradava à AD, vinham imediatamente campanhas violentas e até posições que se podem considerar de **rebelião institucional**, prejudicando o funcionamento das instituições e contestando ao Presidente da República o execício de direitos que lhe competem?

A «AD» tem medo

De repente, vemos agora que vem o Balsemão, vem o Freitas, vem a AD, vem a sua propaganda dizer: Alto lá! Agora é paz, está aqui a bandeirinha da paz. Sr. Presidente: vamo-nos entender, não há razões para conflito.

E porquê? Estarão eles tão cheios de força que possam impor a paz ao Presidente? Não, eles estão cheios de fraqueza, e se estão a pedir paz ao Presidente é porque estão com medo. A AD tem medo, e tem medo que o Presidente tome aquelas medidas que pode ainda tomar para pôr fim à política de destruição, à política antipopular, à política antidemocrática da AD e para pôr fim, interromper, o plano subversivo e golpista que a AD procura realizar usando agora os poderes e as competências no Governo e na Assembleia que são conferidas pela Constituição depois da revisão feita e promulgada.

As medidas que o Presidente pode tomar nós muitas vezes as temos defendido. E pode-as tomar. É a demissão do Governo, é a dissolução da Assembleia da República, é a formação de um governo de gestão que garanta o carácter democrático das eleições e é a convocação de eleições para a Assembleia da República no prazo constitucional de 90 dias.

A AD tem ainda medo que estas medidas possam ainda ser tomadas. E é porque tem medo que neste momento, depois de ter feito a guerra ao Presidente, vá com paninhos quentes dizer: Oh sr. Presidente entendamo-nos, nós somos amigos, até estamos dispostos a manter o sr. Presidente até ao fim do seu mandato. (...)

Naturalmente que se a **AD tem medo dessas medidas a razão é simples. Ela podia não ter medo se se sentisse com força para contrariar e impedir essas medidas no caso delas serem tomadas. Mas é que a AD não tem força para impedir que essas medidas sejam executadas no caso de serem tomadas pelo Presidente da República. Daí a nossa insistência. (...)**

Ainda é tempo destas medidas serem tomadas e nós reclamamos que elas sejam e pensamos que todos os democratas devem lutar para que sejam tomadas antes de ser posta em execução a lei da revisão inconstitucional da Constituição.

O perigo do golpe e a forma de evitá-lo

E esse é de facto o perigo. Lembram-se certamente os camaradas e amigos do que foi a revisão da Constituição na Assembleia da República. (...)

No fundamental, transfere para o Governo, transfere para a Assembleia da República, competências militares que cabiam ao Conselho da Revolução dissolvido segundo essa lei, e que cabiam ao Presidente da República. Competências militares que a AD no Governo e tendo maioria na Assembleia se prepara para utilizar a fim de modificar a situação existente nas Forças Armadas, a fim de colocar novamente uma hierarquia militar fascista ou fascizante, de nomear os comandantes das regiões militares, de intervir na nomeação dos comandantes das unidades militares, de modificar a situação nas Forças Armadas, uma vez que ainda hoje, apesar de uma situação contraditória, as Forças Armadas não são um instrumento da política da AD, e se fossem um instrumento da política da AD, a AD não teria necessidade de modificar a situação nem teria necessidade de levar por diante esta revisão inconstitucional da Constituição. (...)

Esta revisão da Constituição é perigosa na medida em que há um governo AD, na medida em que a AD tem a maioria na Assembleia. Salte a AD do Governo e já não é a AD a designar os chefes militares, quer dizer, o golpe pode ser inutilizado desde que antes da entrada em vigor da lei que alterou a Constituição, antes que o Governo pretenda exercer os poderes e as competências militares que essa alteração atribui ao Governo, pois que o Governo seja demitido. É mais uma razão para nós insistirmos na necessidade da demissão do Governo AD antes de entrar em vigor, se entrar em vigor a lei da revisão da Constituição. (...)

É continuando nós a luta, eu creio, camaradas, que há razões para pensarmos que os nossos objectivos serão alcançados. O que não serão alcançados é se começarmos a duvidar, se começarmos a perder a esperança, se começarmos a desanimar, se começarmos a pensar que já que eles levaram a revisão por diante agora já não podem ir para a rua. Foi pena que não tivessem ido para a rua antes da revisão da Constituição, mas ainda é tempo de irem para a rua e nós continuamos a lutar para que vão para a rua e temos confiança em que acabarão por ir para a rua. (...)

São duas coisas diferentes. **Nós pensamos que o povo está contra esta política e que com uma campanha de esclarecimento muitos dos que ainda hoje ou até hoje têm votado AD não é na AD mais que vão votar.** E já temos numerosas notícias, que em muitos lados se confirma, **que muitos dos que votaram na Aliança reaccionária, nas próximas eleições já não votarão nela, já aprenderam com a vida, já compreenderam que é a AD que agrava a sua situação. Sentem hoje na carne, sentem no bem-estar dos seus filhos, sentem no seu próprio estômago o que é a política da AD. Por isso mesmo, a não ser especuladores, a não ser capitalistas, a não ser grandes proprietários, a não ser latifundiários, a não ser a clientela política que colhe os benefícios desta política da AD através da distribuição de benesses, a não ser esses, no nosso povo ninguém está interessado na continuação desta política.** E por isso pensamos, e com razão, que o Povo português não apoia esta política e quer uma modificação. É uma modificação democrática, uma política democrática, que resolva os grandes problemas nacionais e que consiga o melhoramento das condições de vida, material e cultural, da maioria esmagadora da população portuguesa.

Mas não basta isso. É necessário que nas regiões onde ainda não há câmaras da APU, onde são raras ainda as juntas de freguesia APU, consigamos de facto sucessos, e sucessos importantes para a APU. E creio que algumas condições estão criadas. Tomemos aqui o distrito de Aveiro. Apenas há uma junta APU. Uma só. Há só uma. É Fiães. Mas merece aqui referência a Junta de Freguesia de Fiães.

Eu falei há pouco com os amigos da Junta de Fiães, já aqui nesta festa. Estive um bocadinho a falar com eles, e estive a ver na exposição o que é que eles têm feito. E têm feito em poucos meses aquilo que as juntas anteriores nunca fizeram. Pavimentaram estradas, o que não estava feito, as estradas estão melhores, levantaram muros e fizeram obras de sustentação de terras com 4 mil horas de trabalho voluntário das pessoas da freguesia, para defenderem as terras dos aluimentos, e fizeram coberturas de lavadouros em vários lugares: de Ribeiro, de Bulhão, de Ferradal, Soutelo, Chão do Rio. E eu cito os locais porque às vezes parece-nos que as pequenas terras não têm importância. Mas é importante que os povos das pequenas terras comecem a ver que a gestão nas autarquias por parte dos homens da APU é uma gestão séria, que resolve os seus problemas, como são os problemas da estrada, da pavimentação, do logradouro, do lavadouro que é coberto – obras que interessam às populações. Eles vêm o desprezo dos grandes senhores da AD por estes problemas, mas vêm os homens e as mulheres da APU a trabalhar para a sua solução, a dar o exemplo do trabalho, a chamarem ao trabalho voluntário os cidadãos das freguesias para que resolvam os seus problemas, a ajudarem, a promoverem. E não apenas aquilo que referi.

Em Fiães é o centro social do padre José Coelho que estava paralisado e que agora está a arrancar. É no ensino em que a própria junta faz pressão sobre a Câmara para que sejam concluídas as obras nas escolas, para que sejam construídas novas salas e para que sejam executadas as coberturas, para que sejam pavimentados os recreios. É todo um trabalho que uma Junta APU começa a fazer, e de tal forma que eu creio que nas freguesias em volta o que é que se fala agora em relação às autarquias? **Diz-se: reparem o que está a fazer a APU em Fiães. É o exemplo duma administração honesta ao serviço do povo nesta freguesia de Fiães, é o primeiro exemplo nas autarquias no distrito de Aveiro, mas este exemplo vai dar frutos. Este exemplo é uma semente lançada à terra e estamos certos que nas novas eleições para as autarquias este exemplo já frutificará em novos sucessos da APU.**

As forças da democracia

Muitas vezes quando assistimos às ofensivas da AD, nós podemos pensar: quem é que tem mais força? Tem a AD ou tem a democracia? E nós pensamos que quem tem mais força é a democracia. Neste momento a força deles vem do facto de estarem no Governo e terem a maioria na Assembleia. Isto dá muita força. Controla os meios de comunicação social, dispõe do aparelho do Estado, tomam decisões, impõem essas decisões. Mas se forem corridos do Governo e da Assembleia eles dão um trambolhão que nunca mais se levantam. Primeiro, não têm força para impedir essas decisões, e depois se houver eleições verdadeiramente democráticas no nosso país, com um governo que assegure as condições democráticas, nós estamos seguros: a AD apanhará uma grande derrota nessas eleições. (...)

Quanto ao PS, gostaria de dizer duas palavras. Nós criticamos e acusamos a direcção do PS de fazer uma aliança com a direita, com as forças reaccionárias e uma aliança perigosa em matéria de revisão da Constituição. Por isso mesmo, dizemos que esta política do PS não serve a democracia, que esta política, ao contrário, é hoje um dos elementos fundamentais para que a AD prossiga a sua operação, a sua ofensiva contra o regime democrático.

Mas como já hoje aqui referi, e gostaria ainda de salientar, **de nenhuma forma confundimos esta política de direita, de aliança à direita, de compromisso com a reacção e a contra-revolução, de Mário Soares e outros dirigentes do PS, com o conjunto dos socialistas, com o eleitorado do Partido Socialista.** Continuamos a considerar o PS um partido democrático, com um eleitorado com ideias democráticas. Mal seria se assim não fosse, camaradas, e nós queremos prestar justiça aos socialistas e aos democratas que votam no Partido Socialista.

Mas pensamos também que **na situação actual não é certamente o Partido Socialista que está em condições de ser alternativa, não é o PS a barreira, a linha de defesa da democracia.**

Cada qual tinha uma frente de luta contra a reacção. Nós, comunistas, defendemos a nossa linha de defesa da democracia. Pela nossa linha a reacção não passou. A classe operária defendeu a sua linha e pela linha defendida pela classe operária também a reacção não passou.

Mas ao Partido Socialista também lhe cabia uma parte na defesa das linhas da democracia e em vez de defendê-las entendeu-se com o inimigo, deixou passar o inimigo pela linha da revisão da Constituição.

O PS, com esta orientação, naturalmente que não está em condições de assegurar a defesa da democracia e, portanto, os democratas nas próximas eleições, para assegurarem não apenas o Poder Local democrático, mas para defenderem o regime democrático, devem votar na APU, devem votar com o Partido Comunista. É a forma de assegurar – com uma grande votação – a determinação do nosso povo de defender o Poder Local democrático e o regime democrático.

Isto quer dizer que em numerosas regiões, em numerosos concelhos, em numerosas freguesias, nós vemos com grande alegria o facto de socialistas que nas últimas eleições concorreram em listas do PS ou da FRS, desta vez se decidirem a concorrer em listas da APU. Saudamos esses socialistas que, sem perderem a sua personalidade como socialistas, se unem aos outros democratas, se unem aos comunistas na mesma batalha contra a Aliança reaccionária.

Quero também referir os democratas independentes. Há numerosos democratas independentes. Aqui neste comício, naturalmente os nossos camaradas dizem PCP como acabamos de ouvir. Há muitos que dizem PCP. Somos muitos comunistas que aqui estamos. Mas certamente que entre tantos que aqui nos encontramos, há democratas independentes ou seja democratas que não são filiados no nosso Partido, não estão filiados noutro qualquer partido e que, até hoje, ainda não encontraram o seu partido. Estão connosco nesta festa, mas alguns poderão pensar: «eu estou com os comunistas aqui nesta festa, mas o Partido Comunista não é o meu partido». Mas também a AD não o é. Não querem a AD e haverá muitos que eram do CDS ou do PPD e dizem: «este já não é o meu partido». E outros, conhecemos muitos, que estavam no PS e dizem: «o PS com Mário Soares e com a aliança à direita também não é o meu partido». E muitos eleitores que votaram na AD, votaram no PS, dizem agora: «já não voto na AD, já estou escaldado e no PS também não voto porque faz aliança à direita».

Nós estamos a trabalhar para que venha connosco o maior número possível daqueles que já não vão com a AD e não vão com o PS. Mas há muitos que não vêm. E se há muitos que não vêm o que é que isto significa? Significa que **há muitos portugueses, muitas portuguesas, que hoje não têm um partido que os represente, segundo a sua ideia, na cena partidária.**

E nós dizemos: **há um campo vazio que está por ser ocupado. Trabalhamos para ocupar parte desse campo, mas há uma outra parte que está aberta à formação de novos partidos.**

Quando nós dizemos isto imediatamente refilam o CDS, o PPD, o PS, dizendo: «Novos partidos? Nem pensar nisso!». Como se eles, que dizem defender o pluralismo, tivessem alguma coisa a opor a que os portugueses e portuguesas organizem todos os partidos que entenderem.

Nós, comunistas, creio que damos bom testemunho do respeito pelo pluralismo quando afirmamos que reconhecemos a todos os portugueses, o direito de constituirem os partidos que entenderem. Pensamos que não é o PCP, o CDS, o PPD, enfim o PS e os partidos que existem que detêm o monopólio da organização dos partidos.

Mas eles agora parece quererem o monopólio e quando se fala de um qualquer novo partido, por exemplo, que diga apoiar o mandato do Presidente Eanes, logo eles dizem: «Nem pensar nisso. Como? Um partido para apoiar um Presidente? Isso é ilegal, isso é golpismo, isso é inconstitucional»... e acusam, acusam e acusam.

Mas nós lembramo-nos das campanhas de 1980. Tanto da AD como do PS. A AD dizia: «Governo AD com Soares Carneiro Presidente». E o PS dizia: «Governo PS com Eanes Presidente». Foram as campanhas que fizeram nas eleições presidenciais de 1980 e agora contestam que portugueses e portuguesas possam constituir um partido desde que diga apoiar o Presidente Eanes.

Certamente que não somos nós que vamos formar esse partido, mas reconhecemos o direito aos portugueses de formarem os partidos que entenderem. **E se formarem partidos democráticos e se esses partidos democráticos tiverem sucesso, nós até dizemos: «parabéns, democratas portugueses, que ao formarem partidos democráticos, querem ter uma intervenção em defesa da democracia portuguesa»...**

(Extractos do discurso pronunciado de improviso)

...pp no fim-de-semana

ser um êxito sem dúvida nenhuma."

A programação do palco terá início pelas 15 horas de sábado com a apresentação da peça "A Pata que os Pôs" por José Viana e Dora Leal, seguindo-se a actuação de Carlos Cunha e de ranchos folclóricos. Carlos do Carmo subirá ao palco pelas 21.30 horas antecedendo um período de teatro.

No domingo, logo pelas 10 horas, haverá manhã infantil com Barata Moura e onde não faltarão também palhaços, jogos e números de ilusionismo. Às 14.30 horas será a vez de Samuel e, à noite, um momento particularmente dedicado à juventude com um concerto rock animado pelos Jáfumega.

O comício está previsto para as 16 horas de domingo e nele intervirá o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

De registar ainda que no recinto da Festa, ao qual se tem acesso através de um APU (Acesso Para Um) ao preço de cem escudos, o visitante encontrará diversas exposições sobre a luta do PCP, pavilhões de vendas onde poderá adquirir artesanato, vestuário, utilidades, brinquedos, etc.

A organização lembra também que quem quiser levar farnel o poderá fazer havendo para o efeito um lugar aprazível reservado para fazer o seu piquenique.

Couço

O Couço, freguesia de belas e gloriosas tradições de luta antifascista, vai estar em festa. Dá pelo nome de "Espiga Vermelha" e trata-se de uma iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP.

Os festejos, que decorrem este ano pela segunda vez, terão lugar no próximo fim-de-semana, dias 18 e 19.

Múltiplas actividades de carácter cultural, desportivo e recreativo preenchem a vasta programação que os organizadores têm para oferecer a quantos por lá passarem.

Um bom programa como adiante se verá:

• **Dia 18, sábado** – manhã, alvorada e realização de várias provas desportivas. Às 15 horas, actuação do Grupo Coral Alentejano; 16.30 horas, colóquios sobre autarquias; 17.30 horas, grupo Jornada; 18.30 horas, Família Cardoso; 20.00 horas, Samuel; 20.30 horas, projecção de filmes sobre desporto; 22.00 horas, baile com o conjunto "Ponto Cinco + 1".

• **Dia 19, domingo** – alvorada, logo manhã cedo, com a banda de música de Coruche, seguida de provas desportivas. Às 15 horas, actuação do rancho folclórico "Malmequeres do Sorraia" (Couço) e S. José de Lamarosa; 16.00 horas, Coral Alentejano e colóquio sobre a Reforma Agrária; 16.30 horas, palhaços Elizabete; 19.00 horas, variedades com artistas da terra; 21.00 horas, baile com o grupo "Turbo".

Os visitantes poderão ainda adquirir os mais diversos produtos no mercado da Reforma Agrária, visitar *stands* onde encontrarão exposições sobre a vida e a luta do Partido na região, apreciar o Pavilhão da Juventude ou passar pela quermesse.

Um restaurante, onde se servirá o bom vinho da região, será também pelas informações que nos chegaram, local de passagem obrigatório.

O camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, proferirá uma intervenção no comício a realizar no domingo, às 17.00 horas.

Alpiarça

É uma Festa. O seu nome é «Liberdade». Realiza-se em Alpiarça e é já uma tradição enraizada nos costumes das gentes da região.

Começa amanhã e prolonga-se até domingo. O seu programa, rico e variado, tem muito para oferecer aos vistantes. Do desporto ao folclore, do baile ao fado, da música popular ao 'rock' há muito por onde escolher. Para todos os gostos.

● **Dia 17, sexta-feira** – 21.00 horas, abertura com a Banda 1.º de Dezembro, seguindo-se a actuação dos ranchos folclóricos da Casa do Povo de Alpiarça e «Tá-Mar» da Nazaré. Um baile com o grupo «Street Band» encerrará o primeiro dia de festa.

● **Dia 18, sábado** – O programa terá início às 15.00 horas com uma perícia de motorizadas, apresentando-se depois o Professor Minhocas num espectáculo para crianças. À noite, haverá concerto com os «Rock & Vários» e um baile até de madrugada com o «Grupo 5».

● **Dia 19, domingo** – Provas de atletismo e corridas de «pasteleiras» têm hora marcada para as 09.00 horas e preencherão toda a manhã. À tarde, pelas 15.00 horas, actuará a Escola de M.S.F. 1.º de Dezembro, apresentando-se a seguir os ranchos folclóricos infantil e adulto da Parreira e o Grupo Jornada. À noite, será a presença do fado através de José Maria, cabendo a Paulo de Carvalho o encerramento dos espectáculos.

Reuniões

• Loures

Mobilizando muitas centenas de militantes comunistas vários plenários foram já realizados no concelho de Loures após a reunião do Comité Central para analisar a situação política e as tarefas dela decorrentes, em particular a preparação para as próximas eleições autárquicas.

Entretanto, segundo nos informa o Organismo de Direcção da Zona Ocidental daquele concelho, estão ainda previstos para os próximos dias as seguintes reuniões:

• Hoje, quinta-feira, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho de Odivelas.

• Dia 18, sábado, às 15 horas, para a organização de Olival de Basto, no União Desportivo (U.D.O.B.) daquela localidade.

• Dia 18, às 21 horas, no Jardim Infantil da Pontinha.

• Dia 24, às 21.30 horas, para os militantes de Caneças, no Centro de Trabalho Local.

• Dia 24, às 21.30 horas, no CT de Loures.

• Dia 24, às 21.30 horas, no salão da Junta de Freguesia da Póvoa de St. Adrião.

• Heska

A célula da Heska Portuguesa realiza um plenário dos seus militantes no próximo sábado, dia 18, no Centro de Trabalho da Amadora.

Com início previsto para as 14 horas, a reunião analisará a situação política e social à luz das conclusões da última reunião do Comité Central.

• Beira Interior

Promovidas pela Direcção da Organização da Beira Interior do PCP, tiveram lugar no último fim-de-semana reuniões em Castelo Branco, Tortosendo e Covilhã que contaram com a presença do camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

As conclusões da última reunião do CC e as eleições autárquicas constituiram a ordem de trabalhos para a reunião da Comissão Concelhia de Castelo Branco, dia 10, sexta-feira.

No sábado, durante a manhã, mais de 50 quadros do Partido participaram na antiga sede do "Unidos do Tortosendo" numa reunião regional da Beira Interior (distritos da Guarda e Castelo Branco) onde, para além da situação política e social foram analisados problemas da vida sindical.

Seguiu-se um almoço convívio no CT do Tortosendo findo o qual o camarada Domingos Abrantes visitou as instalações do "Unidos", o centro de dia para a terceira idade e a cooperativa hoteleira. À noite, o camarada Domingos Abrantes participou numa sessão sobre a situação política nacional no CT da Covilhã.

• Vila Franca de Xira

O camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC estará presente em Vila Franca de Xira, na próxima quarta-feira, dia 22, num plenário de militantes e candidatos às próximas eleições autárquicas.

A reunião, com início marcado para as 21 horas, decorrerá na Casa do Povo de Vila Franca e em agenda estarão a situação política e as eleições.

• Algarve

Largas centenas de militantes e simpatizantes participaram no último fim-de-semana em reuniões promovidas pelas organizações locais do PCP em Vila Real de Santo António, Lagos e Portimão.

Contando com a presença dos camaradas Carlos Luís Figueira, do CC, e José Vitoriano, da Comissão Política do CC, estas reuniões decorreram em ambiente de grande entusiasmo e confiança constituindo um importante passo para o retomar do trabalho e da acção do Partido após o período de férias.

• Palmela

A Comissão Local do Bairro Alentejano do PCP, em Palmela, promove no próximo domingo um almoço-convívio aberto a todos os militantes e amigos do Partido.

Da ementa constam sardinhas, vinho, pão, fruta e salada.

Estará presente o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Entretanto a DORAL realiza no próximo sábado, às 10 horas, em Faro, uma importante reunião do seu plenário, desta vez alargado a outros quadros da região, tendo em vista, fundamentalmente, discutir a preparação das próximas eleições autárquicas.

O alinhamento das listas, as características da campanha, a definição da pré-campanha e outras acções preparatórias, são algumas das questões que serão discutidas nesta importante reunião.

Célula da C. M. Lisboa

Com vista a analisar a situação política e social presente e as tarefas decorrentes à actividade dos militantes e organizações do Partido, realiza-se hoje, no Centro de Trabalho Vitória, um plenário da célula da Câmara Municipal de Lisboa.

A reunião terá início às 18.30 horas e contará com a presença do camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

...e Matosinhos

...egria e confiança

...dos comunistas são ou não verdade. A última "regalia" que vos querem dar é um novo aumento da electricidade. E a situação dos operários e operárias da Lionesa, os das Fábricas de Tecidos Finos do Monte dos Burgos, da Fiação e Tecidos Ponte de Pedra, da José Ribeiro, da Sociedade Portuense de Algodões, da Sitenor, da Nacitex, da FIL?

E ainda da Vilar, da Sepsa, da Mecanomar, da Equimetal, da Facar/Ferfor, da Algarve Exportador, da "Rainha do Sado", da Independência. A repressão, o não pagamento de salários, os ritmos infernais de trabalho, as perseguições aos activistas e delegados sindicais, são o pão nosso de cada dia.

E prosseguiu:

Na Efanor, o patronato avança já na aplicação do famoso "Plano Werner" que estipula para efeitos da adesão de Portugal à CEE, o encerramento de 65 por cento das unidades têxteis e o desemprego de 60 000 trabalhadores. A Efanor quer desfazer-se de 800 operários e operárias considerados excedentários e 123 foram já despedidos com indemnização. O mesmo se projecta na Sitenor.

A reforma dos pescadores

Todo um vasto plano – prosseguiu Dias Lourenço – **de ataques ao sector nacional das pescas como aos postos de trabalho, à segurança na faina e à segurança social dos pescadores está em curso pelo Governo 'AD'.**

Está na forja a integração do património das Casas dos Pescadores no esquema geral da Previdência – o que arrastaria uma redução dos benefícios actuais dos pescadores de maneira substancial.

Como sabeis, camaradas e amigos, o PCP tem desenvolvido uma acção consequente em defesa do trabalho e da segurança dos trabalhadores portugueses do mar. Em Janeiro do ano passado o PCP apresentou na AR um projecto de lei – o n.º 218/2 – que preconizava a reforma dos pescadores aos 55 anos. O projecto foi reprovado pela votação da 'AD' e a abstenção do PS. Na discussão e votação contrária da 'AD' teve papel de relevo o então deputado pela 'AD' Faria dos Santos, agora secretário de Estado das Pescas. É caso para dizer que foi parar a boas mãos a Secretaria das Pescas.

Os gravíssimos problemas da segurança dos pescadores da costa Norte mantêm-se sem solução. Os desastres e a insegurança fizeram 30 mortes na costa Norte em 1980 e já até Maio de 1981 haviam ceifado mais 14 vidas. E desde Maio de 81, data do encontro da Póvoa do Varzim, quantas mais vidas foram sacrificadas pela incúria do Governo?

Vós pescadores de Matosinhos, vós viúvas, mães e órfãos daqueles que o mar tragou, podereis dar a esta pergunta a resposta exacta.

Juntemos a este quadro sombrio a grande repressão que se verifica actualmente sobre os trabalhadores do mar, em particular com o encerramento de empresas e queda do número de barcos, em muitos casos por falta de créditos, pelo aumento dos combustíveis, pela incúria e abandono a que o Governo 'AD' votou os pescadores de Portugal.

...dUnidade animou S. Victor

...ealiz... É claro que citam os números aqui, mas escondem esses números no Alentejo, em Setúbal e mesmo em Lisboa. Mas o que é fundamental perceber é que a questão da alternativa não é uma questão de números ou de contas é uma questão de política, de política diferente.

Ora, o que é que faz o PS no Porto e no resto do País? Negoceia com o PPD. Ninguém pode acreditar que assim o PS queira criar uma alternativa à 'AD'.

Na tal entrevista, o sr. Luís Cunha, dirigente distrital do Porto do PS, ataca a APU, ataca o PCP e namora os homens do PPD, a quem chama democratas e outros elogios. É isso ser alternativa à 'AD' no Porto?

Está-se a ver que o PS/Mário Soares quer os votos dos socialistas e dos democratas para amanhã se unir ao PPD e ao CDS e fazer a política da reacção, tal como fez quando foi presidente da Câmara, o engenheiro Aureliano Veloso.

Eu vou dar um exemplo. Luís Cunha ataca a APU, acusa a APU de demagogia e outras coisas que tais porque a APU defende que as tarifas da luz não sejam aumentadas no Porto.

Quer dizer, o sr. Luís Cunha vem para os jornais defender o decreto do governo 'AD' que pretende aumentar as tarifas de electricidade no Porto. Já não é a 'AD' que defende os decretos do governo 'AD' contra os interesses das populações e dos trabalhadores – agora já são os dirigentes distritais do PS".(...)

(...)"É isto ser alternativa à política da 'AD'?

Não, isto é fazer a mesma política que faz a 'AD'."(...)

(...)"O PS teve nas mãos a Presidência da Câmara, o governador Civil do Porto e o Governo. Tudo ao mesmo tempo. Que fez no Porto? Modernizou e renovou, limpou e alindou a cidade? Deu passos significativos para resolver os problemas da habitação, da urbanização, dos espaços livres, dos pavimentos, do lixo, do desporto e da cultura da cidade?

Nada disso. Todos nós sabemos que pouco ou nada fez".(...)

(...)"Nas juntas de freguesia dominadas pelo PS aconteceu a mesma coisa ou pior.

A 'AD' (ou o PPD) andam a lançar o nome de Paulo Valada para a Câmara. Já se sabem algumas características. Andou pelas antigas colónias em diversíssimos negócios ou negociatas. É pessoa de pouco prestígio pessoal, um bocado desclassificado mesmo no meio da 'AD'. Não devem ter tido mais ninguém que aceitasse, depois de três anos de gestão vergonhosa na Câmara do Porto, em que quase nada foi feito e os fumos da corrupção enchem a Avenida dos Aliados. Agora avançam com Paulo Valada. Está metido no negócio de terrenos e construções no Porto. Até já se diz que o seu grande projecto é conseguir alterar o plano da cidade e lotear para habitação os terrenos que lhe pertencem ali para as bandas do Hospital de S. João.

O PS, por um lado, avançou com o arquitecto Rosado Correia. As secções do PS da cidade tinham escolhido o arquiteto Gomes Fernandes, mas a Federação acabou por impor "democraticamente" o Rosado Correia. Também já estava na Câmara no tempo do engenheiro Aureliano Veloso. Era então parceiro do arquitecto Magalhães. É melhor que Paulo Valada? Está menos ligado aos negócios de especulação imobiliária ou ao escândalo dos 7 hotéis? A seu tempo se verá. Para já pode-se adiantar que é dos maiores conservadores dentro do PS e que na Câmara se tem caracterizado pelas posições de direita e de conluio com a 'AD'.

É esta a alternativa que o PS oferece?

A APU é a única alternativa à 'AD'. Porque a alternativa à 'AD' tem que ser uma política ao serviço das populações e de modernização da cidade. A alternativa à Câmara da 'AD' é uma Câmara com homens e mulheres competentes, honestos e dedicados.

Essa alternativa é a APU e só a APU".

...Futuro ...ito

S. Marcos da Serra

S. Marcos da Serra também viveu uma animada festa promovida pela Comissão de Freguesia do PCP, na qual participaram cerca de 250 pessoas.

A festa contou com a presença de um vereador APU na Câmara de Silves e do grupo "Galés".

Algarve

No quadro das habituais visitas realizadas à região, na qualidade de deputado eleito pelo distrito de Faro, o camarada Carlos Brito cumpriu um programa que contemplou iniciativas muito diversificadas, realizadas nos concelhos de Olhão, Faro, Loulé e Monchique.

Em Faro, Carlos Brito teve um importante encontro com a Comissão Instaladora da Reserva Natural da Ria Formosa. Aqui, foram-lhe colocados pelos diversos membros da comissão as seríssimas preocupações acerca dos vários problemas que atingem a Ria, dos quais salientaram a poluição, a degradação de espécies e sobretudo o projecto da Clona que a ser concretizado condenaria definitivamente a Ria.

Saliente-se que da Ria Formosa vivem actualmente de forma directa 5000 pessoas, que aqui se produzem 90 por cento dos moluscos que consumimos, que o rendimento anual da Ria é de um milhão de contos.

Ainda sobre a Ria Formosa, foi dado conta pela Comissão um importante projecto de incentivação da aguacultura e piscicultura com a distribuição, num programa de 4 anos, de 800 hectares para esse tipo de produção.

Mais tarde, o deputado comunista visitou a Armona, uma das ilhas que integram a Ria.

Carlos Brito, acompanhado de Carlos Luís Figueira, membro do CC do PCP e eleito da APU a órgãos autárquicos locais, constatou ao vivo a degradação a que Armona tem sido submetida.

Ainda em Olhão Carlos Brito constatou o crime que está a provocar para a saúde pública da população e para a própria Ria, a poluição que a Farisol, empresa de farinha e óleo de peixe, está a provocar perante a complacência de departamentos do Governo na região.

Em Monchique o camarada visitou as freguesias de Alferce e Marmelete onde, em contacto directo com as populações, foi informado das carências e problemas com que estas se debatem. A crise da agricultura, deficiências graves na saúde e no ensino, ausência de saneamento básico, foram alguns dos problemas colocados.

Imprensa do Partido

Campanha de difusão no Porto: uma experiência frutuosa

O "Avante!" e "O Militante" desempenham desde há dezenas de anos e nas mais diversas situações, um papel fundamental na ligação do Partido às massas e à sua luta, na elevação do nível da consciência política e ideológica dos seus militantes e dos trabalhadores.

Neste momento, em que cada vez mais os órgãos de comunicação social estatizados estão ao serviço da reacção, da "AD" e do seu Governo, a imprensa do Partido, assume mais e mais importância como meio de fazer chegar, com verdade e objectividade, à classe operária e aos trabalhadores, as posições e opiniões do PCP.

Foi neste contexto e no intuito da nossa imprensa reforçar o seu papel interveniente que, dando cumprimento a uma decisão da DORP, se realizou no primeiro semestre deste ano, uma campanha de difusão do "Avante!" e de "O Militante".

Se bem que não tivessem sido atingidos todos os objectivos, designadamente a meta global, praticamente todas as organizações aumentaram o número de vendas, várias atingiram a sua meta de "O Militante" e o Comité Local do Porto atingiu e ultrapassou os seus objectivos. No total, passaram-se a vender na Organização Regional do Porto mais 671 Avantes e mais 403 Militantes.

Deu-se assim um importante passo no aumento das vendas destes órgãos do Partido, abriram-se perspectivas para um efectivo alargamento da sua difusão, sensibilizaram-se muitos camaradas para este problema, criou-se uma rede de responsáveis de imprensa de difusores, constituiu-se uma comissão de imprensa e um trabalho regular de discussão e controlo de difusão da imprensa do Partido.

Entrega de galardões

A emulação entre organizações e difusoras foi ao longo da campanha um factor de dinamização. Logo de início ficara estabelecido que a organização melhor classificada receberia um galardão e o maior difusor uma miniatura desse galardão.

O acto de entrega realizou-se no passado domingo com a presença do camarada Dias Lourenço da Comissão Política do CC e Director do "Avante!" que proferiu uma breve intervenção após o que procedeu à entrega dos galardões a Sérgio Vinagre, representante do Comité Local do Porto – a organização melhor classificada – a ao camarada Veríssimo Pinto, maior difusor.

O camarada Veríssimo que no início da campanha vendia cerca de 80 Avantes, chegou ao final com o número de 172 Avantes e 50 Militantes. Não contente com isso, o camarada prossegue e vende agora 180 Avantes e 70 Militantes.

Mas o camarada Veríssimo foi seriamente disputado por outros camaradas, como por exemplo pelo camarada Jerónimo, que no fim da campanha vendia 100 Avantes e 60 Militantes.

A organização do Comité Local do Porto que tinha como meta a venda de 1600 Avantes e 520 Militantes, ultrapassou-a largamente vendendo no final da campanha 1824 Avantes e 535 Militantes.

Como foi sublinhado no acto da entrega dos galardões, esta é uma experiência a reter e a continuar para melhorar mais e mais esta importante tarefa que é a difusão da imprensa do Partido.

Evocação de Casquinha e Caravela

No próximo dia 27 assinala-se o 3.º aniversário sobre a data em que dois operários agrícolas – Caravela e Casquinha – militantes comunistas, foram impiedosamente assassinados pela GNR quando com centenas de outros companheiros, defendiam terras desbravadas com o seu trabalho e suor que o Governo "AD" pretendia usurpar.

Três anos são passados sobre aquele fatídico acontecimento e, neste espaço de tempo, as ilegalidades não cessaram, o arbítrio e a violência continuaram a fazer lei, os crimes mantiveram-se impunes.

Tal não impediu, todavia, que os trabalhadores prosseguissem firme e corajosamente na defesa das suas terras, gados e máquinas, na defesa da Reforma Agrária conquista que souberam erguer com o seu esforço e com a qual alteraram radicalmente a vida nos campos do Alentejo e Ribatejo.

Três anos são passados sem que até hoje nada tenha sido apurado quanto às responsabilidades de tão hediondo crime. Facto este lamentável. Chocante. Imperdoável num Estado democrático.

Por isso, os trabalhadores alentejanos e o povo português continuam a aguardar pelos resultados do inquérito, pelo julgamento e punição dos criminosos que ceifaram duas vidas.

Evocando a memória dos camaradas assassinados a Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP promove no próximo dia 26, domingo, pelas 16 horas, no campo de futebol do Escoural, um comício de homenagem a que estará presente o camarada Álvaro Cunhal Secretário-Geral do PCP.

Camaradas falecidos

Manuel Durão

Com 81 anos, faleceu na passada terça-feira, em Grândola, o camarada Manuel Joaquim Durão.

Pertencia ao organismo dos reformados.

Filipe Miranda

Faleceu no passado dia 11 o camarada Filipe Chapa Miranda. Contava 75 anos e era membro da Comissão Local de Canal Caveira.

Guilherme Ferreira

Faleceu recentemente na freguesia da Ajuda, em Lisboa, o militante comunista Guilherme Ferreira. O nosso camarada era reformado da Carris.

Francisco Figueira

Faleceu o camarada Francisco Carlos Figueira. Estava organizado pela Comissão Local de Tercena, freguesia de Barcarena.

●

Expressando o sentir de todo o Partido, o "Avante!" apresenta aos familiares dos camaradas desaparecidos as mais sentidas condolências.

Bento Gonçalves morreu há 40 anos

Há 40 anos, a 11 de Setembro de 1942, falecia no campo de concentração do Tarrafal, o camarada Bento Gonçalves.

Natural de Fiães do Rio, onde nasceu a 2 de Março de 1902, e filho de camponeses, viria mais tarde, no Alfeite, onde trabalhou durante bastante tempo no Arsenal, a aderir e a orientar a luta do operariado industrial.

Aí, mercê da sua inteligência e das relações fraternas que estabeleceu com os seus companheiros de trabalho é eleito presidente do Sindicato do Arsenal de Marinha.

Em 1927, depois de visitar a URSS integrado numa delegação de operários arsenalistas que assistiu ao 10.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, adere ao Partido Comunista Português. E em 1929 participa no trabalho de reorganização do Partido.

Preso e deportado em 1931, quando já era secretário-geral do PCP, cargo para que fora eleito com 27 anos, regressa em 1933 para continuar a luta e organizar o Partido. Em 1935 participa no VII Congresso da Internacional Comunista e em 11 de Novembro desse mesmo ano é novamente preso.

Condenado a 4 anos de prisão – na contestação que enviou ao tribunal militar especial que o julgou afirmaria: **«O tribunal vai ditar-me a sentença. Que faça o tribunal o que entender. Quanto a mim mantenho-me nesta convicção: a Terra gira!»** – chega ao campo de concentração do Tarrafal a 29 de Outubro de 1936. Seis anos mais tarde viria a falecer vítima de biliosa, uma forma grave de paludismo.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

PCP

PCP e PC da Grécia

Reforçam amizade e solidariedade

Comício no Seixal culminou visita da delegação chefiada por H. Florakis

"Consideramos o PCP como um grande partido revolucionário, conhecido pela sua acção patriótica e internacionalista" – afirmou ainda no Aeroporto o camarada Harilaos Florakis, secretário-geral do Partido Comunista da Grécia, à sua chegada a Lisboa. "Pode-se dizer que estamos aqui também para aprender e enriquecer os nossos conhecimentos".

O camarada Florakis esteve entre nós, chefiando uma delegação do seu partido, composta também por D. Mamatsis, membro do Bureau Político, e T. Paparigas, colaborador da Secção Internacional do CC, a convite do Partido Comunista Português, no quadro das relações normais e estreitamento de contactos mútuos entre partidos comunistas. Foi recebido por uma delegação do nosso Partido composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Albano Nunes, responsável da Secção Internacional e membro do CC, e Gorjão Duarte, do CC.

Ao longo de toda a visita dos camaradas gregos, que o "Avante!" acompanhou, ressaltou como traço fundamental o objectivo comum de troca de experiências e aprofundamento do mútuo conhecimento e compreensão das diferentes realidades nacionais.

"Não viemos em turismo"

"Desculpem tantas perguntas, mas não viemos aqui em turismo..." – assim se despediu a delegação do PCG dos trabalhadores da Cooperativa de Casebres, 70 homens a trabalhar hoje uma terra que chegou a contar com 250 cooperantes, quase a totalidade de mãos aptas ao trabalho de Alcácer do Sal.

A visita à Cooperativa de Casebres, que se seguiu a uma rápida passagem pelo Centro de Trabalho e uma mais longa visita à Câmara de Alcácer do Sal, resultou de facto numa ampla troca de experiências fundamentalmente diferentes.

A realidade que se vive nos campos do Sul de Portugal está ali bem patente. A formação da Cooperativa – a 2.ª no distrito com ocupação de terras –, o seu crescimento até abranger 5000 hectares, 120 hectares de regadio. E depois, as nove reservas que reduziram a sua área para 2000 hectares, as dificuldades actuais, o desemprego, a questão da cortiça cuja imensa riqueza não pode reverter em benefício dos trabalhadores da Cooperativa, e as regalias sociais que apesar de tudo se mantêm – a creche, a possibilidade aberta aos cooperantes de comprar os produtos das terras que trabalham a um preço muito mais baixo do praticado no mercado. E sobretudo a questão central para os trabalhadores alentejanos – ter trabalho todo o ano.

Da Grécia ficámos a conhecer, em traços gerais, do esforço de melhoria das condições de vida da esmagadora maioria de pequenos camponeses, proprietários de terras que não ultrapassam os 4 hectares, que hoje se estão a juntar numa Associação Geral, ainda não oficialmente reconhecida, mas impondo-se de facto, e que o governo do PASOK prometeu reconhecer como representante legal do campesinato.

Dos malefícios da CEE

A produção bruta de aço na Grécia – concentrada em Atenas e Salónica – é de um milhão e 800 mil toneladas-ano. Com a entrada do país para a CEE (imposta pelo anterior governo, contra a vontade do povo e das forças de esquerda), a siderurgia sofreu um rude golpe. A produção desceu de imediato. Um exemplo significativo – um dos maiores altos fornos está parado.

Na visita à Siderurgia, que se seguiu ao encontro com a DORS, no Centro de Trabalho de Almada, o diálogo centrou-se em torno dos efeitos negativos da integração na CEE para a indústria nacional e em particular para a indústria siderúrgica.

O exemplo grego é concludente.

Os reflexos que já está a ter em Portugal a política do Governo AD, orientada exactamente para a integração do nosso País nessa estrutura económica capitalista, são já neste momento significativos. Como foi denunciado no encontro com o secretário-geral do Partido Comunista da Grécia pelos trabalhadores da Siderurgia Nacional, é política deste Governo o congelamento do processo de expansão desta indústria, nomeadamente através do não financiamento da empresa.

"É necessário o poder da classe operária para uma justa orientação do sector público" – salientou justamente Florakis.

Experiência e perspectivas que todos partilhamos, reafirmadas nos contactos que se desenvolveram ao longo de três dias, constituindo, como era seu objectivo, uma rica troca de experiências, um aprendisado comum, em muitos casos o salientar de paralelismos importantes em realidades embora diferentes.

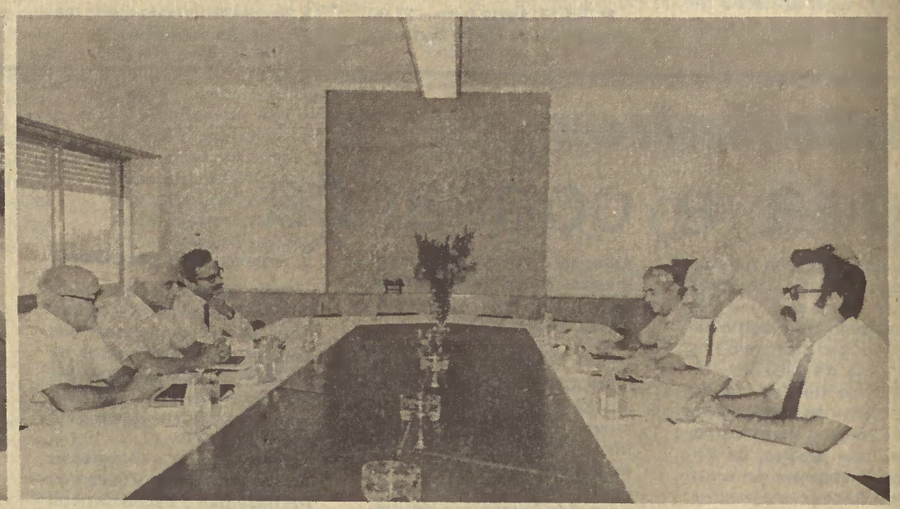
Comício de Amizade

Tratar com amizade e carinho os camaradas dos partidos irmãos que visitam Portugal é mais do que um ponto de honra para os comunistas portugueses. É a manifestação espontânea, profunda e calorosa de sentimentos forjados numa luta de gerações por um mesmo ideal, que une todos os povos na aspiração comum da paz, liberdade e justiça social.

Foi isso que os camaradas gregos encontraram no pavilhão da Siderurgia Nacional, onde milhares de comunistas acorreram na sexta-feira à noite para um comício justamente designado de amizade entre o PCP e o Partido Comunista Grego.

Uma amizade que saiu reforçada nesse encontro com os comunistas portugueses, que ficou bem patente na comunhão de valores expressos nos discursos proferidos por Harilaos Florakis e Álvaro Cunhal, nas palavras de Carlos Fernandes que em nome da DORS saudou os visitantes, nos presentes com que as diversas organizações do distrito – presentes em força no comício – quiseram testemunhar o seu apreço pela visita.

Um comício onde se falou dos graves problemas com que se debatem os trabalhadores e os povos de Portugal e da Grécia, mas também na confiança no futuro, na solidariedade entre os povos, na certeza da vitória da democracia e do socialismo.



Da esquerda para a direita, imagens das visitas à Siderurgia e a Casebres e das conversações entre as duas delegações

Discurso de A. Cunhal

(...)

Desastrosa situação nacional

(...)

Temos um governo reaccionário — o governo «AD» — com uma política diametralmente contrária aos interesses do povo e do País. Um governo cuja política e actuação são determinadas pelo objectivo de destruir as conquistas democráticas do nosso povo, liquidar o regime democrático, restaurar o capitalismo monopolista e a exploração, a repressão, o poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários.

Todos os problemas nacionais se têm agravado e continuam a agravar-se.

A indústria está estagnada. A agricultura (apesar da boa colheita deste ano) está em crise e em grande parte arruinada. Galopa a inflação. Deterioram-se as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Degrada-se a cultura. Intensificam-se as acções repressivas. São desrespeitados liberdades e direitos dos cidadãos. A comunicação social estatizada (Televisão, Rádio, jornais) monopolizada pelas forças reaccionárias, desinforma, provoca e envenena.

Na sanha de restaurar os monopólios e os latifúndios as ofensivas violentas e criminosas contra as nacionalizações e a Reforma Agrária conduzem empresas à falência, destroem riqueza criada nos campos, lançam milhares de trabalhadores no desemprego.

A economia portuguesa torna-se cada vez mais dependente.

Os défices nas trocas comerciais com o estrangeiro atingem níveis monstruosos e a dívida externa de 1000 milhões de contos estrangula a nossa economia com juros anuais de 100 milhões de contos comprometendo todo o desenvolvimento futuro do País.

Nesta situação, o Governo insiste na decantada integração no Mercado Comum, que há mais de quatro anos é «a prioridade das prioridades» de sucessivos governos e que continua a ser a miragem do apoio político da reacção e a perspectiva da completa ruína para a economia portuguesa.

O que significaria de facto essa integração? O que significaria entrar no Mercado Comum, quando o Mercado Comum atravessa uma profunda crise? Quando existem nos países do Mercado Comum 10,7 milhões de desempregados, fazendo prever uma radical baixa dos postos de trabalho para os emigrantes? Quando na indústria se registam fracas taxas de crescimento e sectores básicos mergulham em profunda crise? Quando os membros do Mercado Comum se digladiam em conflitos insanáveis e faz frente às medidas proteccionistas e hegemonistas dos Estados Unidos e do Japão? Quando as medidas proteccionistas crescentes desmentem o tão apregoado «comércio livre»? Quando há pouco, na reunião de Bruxelas, nas negociações com o Governo português, os países do Mercado Comum apresentaram como projecto (ou ultimato) a contingentação durante 6 anos das exportações portuguesas dos produtos têxteis?

(...)

Quanto a Portugal, como há muito o PCP esclarece e adverte, a integração, que tem como objectivo fundamental facilitar a restauração do capitalismo monopolista seria um desastre para a nossa indústria e a nossa agricultura, arruinaria milhares de pequenas e médias empresas, provocaria despedimentos em massa e abriria as portas ao domínio de toda a nossa economia pelos antigos monopólios fascistas, pelas multinacionais, pelo imperialismo estrangeiro.

(...)

A Siderurgia: um caso exemplar

O caso da Siderurgia Nacional é um caso exemplificativo e esclarecedor da natureza, dos objectivos e das consequências da política da «AD», de como a nossa economia, as perspectivas de desenvolvimento e a independência nacional são sacrificados ao plano de restauração dos monopólios e do seu poder.

Portugal necessita ou não de ter a sua siderurgia? Portugal está ou não em condições de ter a sua siderurgia?

Nós respondemos sem hesitação: Portugal necessita de ter a sua siderurgia e existem as condições básicas essenciais para que possa tê-la.

Temos aqui a Siderurgia Nacional com possibilidades e necessidades de expansão.

Temos grandes reservas de minério de ferro em Moncorvo. Temos as pirites alentejanas. Temos a disponibilidade da sucata de ferro de que se exportam cerca de 100 mil contos anuais.

O nosso Partido tem defendido e continua a defender o Plano Siderúrgico Nacional, que permitiria o aproveitamento desses e de outros recursos, a produção de uma grande parte do ferro e aço que hoje importamos, a dinamização de dezenas de empresas nacionais ligadas ao projecto e a criação de milhares de postos de trabalho.

Entretanto, a «AD», no seu ataque global às nacionalizações, impede que se realize o PSN, dificulta a situação interna da empresa e chega ao ponto de facilitar créditos aos habituais clientes da SN para estes importarem do estrangeiro produtos siderúrgicos, proibindo entretanto que se sirvam dos créditos para pagar ou amortizar os 7,7 milhões de contos que devem à SN.

Porquê esta chamada «política» do governo «AD»? Porquê estas medidas?

O Governo adopta estas medidas porque quer estrangular económica e financeiramente a SN, porque quer afundar a Siderurgia nos 15 a 20 milhões de contos por compromissos já assumidos, porque quer forjar o pretexto para declarar a SN em «situação económica difícil», porque quer desmantelar a SN, porque quer entregar de novo sectores importantes da empresa, e os mais rentáveis, ao capital privado.

Trata-se pois de uma actuação visando a destruição e reprivatização duma empresa nacionalizada. Portanto de uma actuação abertamente inconstitucional (mesmo depois da revisão «AD»/PS), que fere profundamente a economia nacional e os interesses nacionais.

Esta actuação do Governo está também ligada ao projecto de integração no Mercado Comum.

No Mercado Comum a siderurgia está em crise e os países do Mercado Comum fazem os possíveis para exportar a crise.

No que respeita à Siderurgia o que representaria a integração de Portugal no Mercado Comum?

Representaria sacrificar a Siderurgia Nacional, obrigando-a a manter a produção muito abaixo da sua capacidade.

(...)

Mas o que se passa com a Siderurgia Nacional, passa-se com outras empresas nacionalizadas e sectores básicos nacionalizados da nossa economia.

O governo «AD», ao serviço dos antigos monopólios, não hesita em conduzir o País à crise, à destruição, à ruína e à bancarrota, para que sobre os destroços se ergam de novo os impérios dos Champalimaud, dos Mellos, dos Espírito Santo, dos Quinas, dessa meia dúzia de grandes famílias de multimilionários fascistas que, durante quase meio século, tiveram nas suas mãos toda a economia nacional e exploraram ferozmente o Povo português, assentando o seu poder económico numa cruel ditadura, na liquidação das mais elementares liberdades, em perseguições, prisões, torturas e assassinatos.

(...)

O traço fundamental da situação

(...)

Na conclusão do Comité Central qual o traço característico fundamental da situação presente?

O traço característico fundamental da situação presente, em torno do qual decorrerão os principais acontecimentos políticos nos tempos próximos (concluiu o CC), **é o prosseguimento da realização do Plano golpista da «AD» contra o regime democrático, tendo como eixo a revisão da Constituição.**

Consumou-se o vergonhoso conluio de Mário Soares com a «AD». Foi aprovada a Lei da Revisão inconstitucional através da qual o Conselho da Revolução é extinto, competências militares fundamentais do Conselho da Revolução e do Presidente da República passam para o Governo e é formado um Tribunal Constitucional para dizer sim com a cabeça às leis da Assembleia da República.

A lei não foi ainda promulgada. Mas a sua aprovação representa um novo e importante passo na realização do plano «AD».

A vida já mostrou que, existindo em Portugal um regime democrático,usufruindo o Povo português das liberdades e direitos democráticos, a reacção pode cometer toda a espécie de ilegalidades, abusos e violências, mas não é capaz de vergar e vencer a luta, a determinação e a vontade da classe operária e das massas populares. Pode atingir e ferir gravemente as conquistas de Abril, mas não é capaz de as liquidar totalmente e elas são ainda uma fortaleza donde pode sempre partir e partirá a contra-ofensiva democrática e a democratização da vida nacional no quadro do Portugal de Abril.

Por isso, com a actual revisão inconstitucional, a «AD» visa utilizar as novas competências que a revisão atribui ao Governo e à Assembleia da República para instrumentalizar, governamentalizar, partidarizar as Forças Armadas, restabelecer uma hierarquia fascista ou fascizante nas Forças Armadas para depois as poder utilizar para vencer a resistência do nosso povo.

E, de caminho, desafiando os mais elementares princípios do direito, da legalidade, da normalidade democrática, fazer aprovar na Assembleia da República (de novo com a cumplicidade do PS/M. Soares) uma série de leis (sobre defesa nacional, sobre a organização e gestão das Forças Armada sobre o Tribunal Constitucional) que lhe dêem instrumentos complementares para o golpe.

O Comité Central chama solenemente a atenção para os perigos de uma tal situação e para a necessidade de medidas urgentes a fim de impedir — mesmo sendo a lei da revisão promulgada — que a «AD» possa levar o golpe por diante.

É possível derrotar o golpe

Há quem ponha a seguinte questão:

O PCP disse que a revisão da Constituição em resultado do acordo da «AD» com o PS seria caminho aberto para um golpe. Tal revisão foi aprovada. Previsivelmente será promulgada. Portanto temos o golpe pela frente.

Ora a situação não se apresenta assim tão simples.

Uma coisa é a lei da revisão que entre outras disposições, transfere para o Governo e para a Assembleia da República competências militares que actualmente pertencem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução. Outra coisa é a entrada em vigor dessas disposições e a sua execução.

Estando no Governo e tendo maioria na Assembleia da República a «AD» pensou vir a exercer essas competências.

É, porém, isso inevitável?

Não, camaradas, não é inevitável. **Basta que a «AD» deixe de ser Governo e a Assembleia da República deixe de ter maioria «AD» antes do Governo e da Assembleia da República passarem ao exercício dessas competências para que caia por terra o plano subversivo e golpista que tem por eixo a revisão da Constituição.**

Por isso conservam plena actualidade as **4 medidas** que o PCP de há muito propõe e que, com o PCP, a classe operária e as massas populares de há muito reclamam em poderosas greves e manifestações: a demissão imediata do governo «AD», a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições gerais no prazo constitucional de 90 dias.

(...)

Alguns perguntam:

Depois de tantos meses de luta por esses objectivos, eles não foram alcançados. Se o não foram em melhores condições, antes da revisão da Constituição, haverá alguma possibilidade de o serem agora, em piores condições, depois da revisão da Constituição?

A isso queremos responder:

Não temos nenhuma indicação que nos permita afirmar que qualquer dessas medidas irá ser tomada. Mas lutamos e lutaremos por elas e, se lutamos com esse objectivo, é porque **não excluímos que esse objectivo seja alcançado.**

No momento que atravessamos, desânimo, derrotismo ou capitulação seriam a derrota certa. A confiança, a determinação, a organização, a unidade e a luta são o caminho a seguir pela classe operária, pelas massas, por todos os democratas.

Com a cumplicidade de Mário Soares e outros dirigentes do PS, **a «AD» conseguiu um êxito sério com a revisão da Constituição. Deu novo passo para conseguir novas armas para o golpe. Mas ainda não tem nas mãos essas armas e, se lutarmos, poderemos evitar que as venha ter.**

Por isso, com determinação e confiança a luta continua. Por isso insistimos em proclamar: «A luta continua, «AD» para a rua!».

(...)

As eleições para as autarquias

O governo «AD», impossibilitado pelo veto do Presidente da República, de marcar as eleições autárquicas para 5 de Dezembro (data que procuravam aproveitar para uma colossal operação provocatória e eleitoralista em torno do aniversário da morte de Sá Carneiro) decidiu ontem convocá-las para 12 de Dezembro.

Portanto está decidido: salvo o imprevisto as eleições autárquicas terão lugar em 12 de Dezembro próximo.

Não sei se os camaradas leram a imprensa reaccionária das últimas semanas. Quando se começou a falar no veto presidencial à data de 5 de Dezembro, a propaganda reaccionária logo começou a conhecida campanha das «conotações», gritando que, se o Presidente vetava a data, é porque cedia à pressão do PCP. Etc., etc..

E agora? Agora o governo «AD» marca como data das eleições, nem o 28 de Novembro (e podia sê-lo) nem o 19 de Novembro (data proposta pelo PS), mas precisamente o 12 de Dezembro, a data defendida pelo PCP.

Não haverá para aí algum desses comentadores inteligentes conhecidos da nossa praça para conotar o governo Balsemão com o PCP?

De qualquer forma, as eleições para as autarquias constituem uma importantíssima batalha política, tanto para a defesa do Poder Local democrático, como para a defesa do regime democrático.

(...)

Os objectivos definidos pelo Comité Central são claros: *a)* manter e reforçar nas Câmaras e Juntas a maioria APU onde ela existe; *b)* aumentar o número de Câmaras e Juntas de presidência e de maioria APU; *c)* aumentar o número de votos e mandatos da APU.

É possível atingir estes objectivos? Sim, camaradas, é inteiramente possível.

Nova aliança PS/«AD»?

(...)

O PS não quis considerar o exame conjunto com o PCP da possibilidade de entendimento com vistas a pôr fim à presidência e maioria «AD» em numerosas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

O PS, combatendo a unidade democrática e envolvido em alianças com a reacção em todos os aspectos da vida nacional (na revisão inconstitucional da Constituição, nos planos de legislação contra as conquistas democráticas, nos apoios ao divisionismo e provocação sindical da UGT) aparece também inclinado para a aliança com a «AD» ou com a «AD» por intermédio do PSD, para as eleições autárquicas.

O sr. Capucho declarou já haver negociações do PSD com o PS com vistas a afastar a APU da Presidência e da maioria em numerosas autarquias.

O sr. Eduardo Pereira (em entrevista ao jornal «Tempo») vem confirmar a possível aliança com o PSD. Mas, corrigindo o sr. Capucho, esclarece santamente que a aliança **PS/PSD não é para afastar a APU.**

Boa anedota, sr. Eduardo Pereira. A afirmação mostra que gato escaldado de água fria tem medo.

PS e «AD» tentaram a operação em Évora. Realizaram-se novas eleições. E a APU passou de maioria relativa para maioria absoluta.

Tentaram a operação em Loures. Realizaram-se novas eleições. E a APU passou de 32,1% para 45,3% dos votos e reforçou a posição — Presidência e a gestão democrática.

Depois destas duas magníficas ensaboadelas, o PS e o PSD não pensam desde já arriscar prognósticos. Mas a finalidade duma eventual aliança PS/«AD» para as autarquias não seria outra coisa senão fazer frente à APU e tentar por todos os meios tirar à APU a Presidência e a maioria onde ela exista.

Foi **depois** de saltar baldamente para apanhar as uvas que a raposa comentou «estão verdes não prestam». O PS e o PSD são ainda mais prudentes. **Ainda não deram o salto** e já estão a dizer que «estão verdes» as autarquias de maioria APU.

E na verdade estão verdes...

Assim como as uvas não eram para os dentes da raposa, assim as autarquias de maioria APU não são para os dentes do PS, nem do PSD, nem do CDS, nem da «AD», nem de todos eles em conjunto.

(...)

Adiante, pois, camaradas, na preparação das eleições autárquicas. Trabalhemos para uma grande vitória da APU, para consolidação do Poder Local democrático e para a consolidação do regime democrático nascido da Revolução portuguesa.

Unir e mobilizar as forças da democracia

(...)

Quando se fala de partidos políticos, tanto o CDS, como o PSD, como o PS ficam com os cabelos em pé quando ouvem falar da criação de novos partidos. Quanto ao PCP, os cabelos ficam onde estão. Eles têm medo de novos partidos. Nós não temos.

CDS e PSD sabem que estão desacreditados pela sua política antipopular e de desastre nacional. O PS está desacreditado pelo colaboracionismo da sua direcção com a «AD». Todos eles sabem que perderam grande parte da sua base de apoio social, política e eleitoral, e que o aparecimento de novos partidos democráticos pode, além do PCP, ocupar grande parte do espaço vazio que alarga na medida em que diminui a influência da «AD» e do PS.

Nós consideramos que os partidos existentes não têm o monopólio da organização partidária e não temos medo de novos partidos democráticos.

Com a aliança «AD»/PS o quadro partidário existente não corresponde já aos interesses, aspirações e opções de grande massa dos portugueses. Só a reacção e os seus aliados podem sentir-se lesados se os democratas se organizarem em novos partidos democráticos.

De qualquer forma, com novos partidos ou sem eles, a luta dos democratas, em que avulta actualmente uma grande massa de democratas independentes não organizados em qualquer partido, tem que continuar firmemente em defesa da democracia.

E na defesa da democracia, assim como na defesa dos interesses do povo e do País, **as lutas de massas continuam a ser uma direcção fundamental. Há que organizar, alargar e intensificar as lutas de massas.** Pelos **4 objectivos** políticos centrais. E pelas reivindicações concretas imediatas.

(...)

Comunicado conjunto PCP-PCG

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 8 a 11 de Setembro uma delegação do Comité Central do Partido Comunista da Grécia, composta por Harilaos Florakis, Secretário-Geral, D. Mamatsis, membro suplente do Bureau Político e T. Paparigas, colaborador da Secção Internacional.

A delegação do PCG teve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

A delegação do PCG participou num Comício de Amizade PCP/PCG em que usaram da palavra Álvaro Cunhal e H. Florakis. Visitou a Siderurgia Nacional, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, a Cooperativa Agrícola de Casebres.

Durante as conversações foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos e sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário.

A delegação do PCG expressou a sua solidariedade à luta dos comunistas e do povo português pela salvaguarda das conquistas históricas da Revolução do 25 de Abril e do regime democrático que as consagra e à acção do PCP voltada para a unidade e mobilização das massas populares e das forças democráticas por uma viragem democrática na vida portuguesa.

A delegação do PCP saudou os comunistas gregos pela sua contribuição à vitória alcançada pelas forças democráticas nas eleições de Outubro de 1981 e expressou ao PCG a solidariedade à sua luta pela concretização dos objectivos de uma mudança verdadeira no país.

Confrontando as próprias experiências, as duas delegações verificaram a existência de traços distintivos essenciais na situação de Portugal e da Grécia e nas tarefas imediatas que se colocam ao PCP e ao PCG.

Simultaneamente, a experiência da aguda luta de classes vivida nos dois países e a acção dos dois partidos mostra que a defesa consequente dos interesses vitais da classe operária e do povo trabalhador implica a realização de uma política de classe, rejeitando firmemente as pressões e chantagens das forças reaccionárias.

Confirma o papel da classe operária como força revolucionária de vanguarda na luta pela democracia e o socialismo. Mostra que a defesa consequente dos interesses do povo e do país, as posições patrióticas e internacionalistas, a unidade e a democracia internas, a sólida base proletária, a ligação permanente com as massas, constituem factores determinantes do crescimento orgânico, do prestígio e da influência do Partido.

Em defesa dos interesses e da independência dos seus países, as delegações do PCP e do PCG pronunciam-se com firmeza contra a integração respectivamente de Portugal e da Grécia no Mercado Comum, instituição supranacional ao serviço dos interesses dos monopólios.

A delegação do PCP considera que uma eventual integração de Portugal na CEE teria consequências desastrosas para a economia portuguesa e lesaria gravemente a independência nacional. A integração insere-se, por outro lado, no processo visando restaurar o capitalismo monopolista de estado liquidado pela revolução.

A delegação do PCG sublinhou as consequências negativas para a economia e a independência da Grécia pela adesão à CEE em Janeiro de 1981. O PCG luta pela saída da Grécia do Mercado Comum, o que aliás corresponde à vontade expressa do povo grego.

Abordando a situação internacional, ambas as delegações expressaram a sua preocupação pelos perigos que pesam sobre a paz mundial e a independência e a segurança dos povos de numerosos países e regiões do mundo, em resultado da política de guerra e de agressão conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO.

Sublinharam entretanto que a agressividade do imperialismo não resulta do seu fortalecimento, antes é fruto da grave crise em que se debate o sistema capitalista e das suas tentativas para se opor ao avanço vitorioso do socialismo e do movimento de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes.

O PCP e o PCG denunciam a corrida aos armamentos desencadeada pelo imperialismo e as tentativas para liquidar as conquistas do desanuviamento, lutam por medidas urgentes de limitação e redução dos armamentos e em primeiro lugar os de destruição massiva, opõem-se com firmeza à instalação na Europa dos novos mísseis nucleares norte-americanos, condenam a política de intervenções e agressões conduzida pelos EUA no Médio Oriente, na América Central, na África Austral, em numerosos países e regiões do mundo.

Inscrevendo no seu programa a saída de Portugal da NATO o PCP luta no imediato contra o reforço da participação de Portugal na NATO, contra a instalação e passagem por Portugal de armas nucleares, contra a existência de base nucleares estrangeiras. O PCG luta pelo desarmamento das bases norte-americanas e da NATO existentes em território grego, pela saída da Grécia da NATO, pela desnuclearização da Grécia e dos Balcãs.

As duas delegações puseram em relevo a importância do vasto movimento de massas pela paz em numerosos países da Europa e nos próprios EUA, movimento para o qual os dois partidos continuam a dar a sua activa contribuição, de acordo com as condições específicas dos seus países.

As duas delegações condenaram com vigor a criminosa agressão perpetrada por Israel no Líbano com o concurso directo do imperialismo norte-americano. Saudaram o heroísmo com que a OLP, os combatentes palestinianos e as forças progressistas libanesas fizeram frente a tão cruel agressão. Expressaram a sua solidariedade à OLP e ao povo palestiniano na sua luta pela constituição do seu próprio estado independente e soberano em território da Palestina, para com o PC Libanês, o MN Libanês e o povo do Líbano contra a reacção fascista e pela independência, unidade e integridade territorial do seu país.

Os dois partidos pronunciaram-se pela retirada de todos os navios de guerra portadores de armas nucleares do Mediterrâneo; pela abolição das bases militares estrangeiras; pela transformação do Mediterrâneo num mar de paz e cooperação. Expressaram a sua solidariedade para com a luta das forças democráticas e o povo da Turquia.

Os dois partidos reafirmaram a sua solidariedade total para com a luta do povo cipriota por uma pátria unida, independente, soberana e desmilitarizada.

As duas delegações expressaram também a sua solidariedade para com os povos da África Austral, para com o povo da Namíbia e a SWAPO na sua luta pela conquista da independência, para com o MPLA-PT e o povo angolano e o Partido FRELIMO e o povo moçambicano face às continuadas agressões dos racistas sul-africanos, para com o povo da África do Sul, a ANC e o PC da África do Sul.

Condenaram as campanhas de provocação e ingerência dos EUA na América Central e Caraíbas, expressando em particular a sua solidariedade para com os povos de Cuba, Nicarágua, Granada e El Salvador.

As duas delegações sublinharam que pelas suas realizações e a sua política de paz e solidariedade internacionalista, a URSS e os países socialistas desempenham um papel decisivo na contenção dos planos do imperialismo e no desenvolvimento do processo revolucionário. Em relação à Polónia reafirmaram a sua solidariedade ao POUP e ao povo polaco na defesa e consolidação do socialismo.

As duas delegações consideram que para defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário é de importância fundamental o fortelecimento da unidade do movimento comunista internacional com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Sublinharam também a importância da amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias na nossa época: a URSS e os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

A visita da delegação do PCG a Portugal constituiu uma nova expressão dos laços de fraternal amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCG, laços que os dois partidos se propõem estreitar ainda mais no futuro no interesse dos respectivos povos e países, da unidade do movimento comunista internacional, da causa da democracia, do progresso social, do socialismo e da paz.

11.9.82

Discurso de H. Florakis

(...)

Para nós é uma grande honra estar no vosso país, entre os camaradas portugueses, ao lado dum grande partido revolucionário como o PCP, com a sua conhecida acção patriótica e internacionalista. É uma honra, antes de tudo, para todos os comunistas gregos que travam neste momento a batalha das eleições municipais e avançam, ao mesmo tempo, na preparação do 11.º Congresso do PCG, para o próximo mês de Dezembro.

(...)

A nossa presença aqui é, antes de tudo, expressão da solidariedade total do PCG para com a luta do povo português e do PCP para a defesa, a consolidação e o avanço das conquistas da Revolução de Abril. Estejam seguros, camaradas, que a vossa luta é também nossa, as vossas vitórias também são nossas, as vossas dificuldades são causa de preocupação para nós também.

Situação internacional

Todos vemos hoje a deterioração da situação internacional e os perigos imensos para a paz mundial.

Nós, comunistas portugueses e gregos, sabemos bem quem são os responsáveis: o imperialismo norte-americano, que quer fazer regressar o mundo à época da «guerra-fria», buscando soluções para a sua crise através de uma política armamentista sem precedentes na História da Humanidade, que mostra uma agressividade sem freio em todas as partes do nosso planeta para golpear a luta dos povos pela independência nacional, o progresso e o socialismo.

Nós não expressamos somente desejos pela paz. Ambos temos denunciado as resoluções da NATO e dos EUA a propósito da instalação dos mísseis «Pershing» e «Cruise» no solo da Europa Ocidental, o que teria como resultado o rompimento total do equilíbrio nuclear no nosso continente.

Juntos lutamos para travar os planos americanos de produção e instalação na Europa de novas armas ainda mais desastrosas, como é a bomba de neutrões.

Ambos denunciamos a campanha anti-socialista desencadeada a pretexto dos acontecimentos na Polónia que tem como objectivo facilitar a execução dos planos destruidores dos incendiários da nossa terra.

Ambos temos expressado a nossa opinião às medidas de embargo dos EUA contra a URSS e a Polónia.

No nosso país também o movimento pela paz tem uma marcha ascendente, englobando homens, mulheres e jovens, independentemente das suas convicções políticas. O nosso partido considera como uma tarefa primordial a sensibilização e a mobilização, numa escala ainda mais ampla, da opinião pública grega, para combater os planos de guerra do imperialismo. Consideramos como uma tarefa vital o desenvolvimento da luta do povo grego pela retirada das bases americanas do nosso território, pela retirada do nosso país da NATO e de todas as armas nucleares e a materialização da ideia da Península Balcânica desnuclearizada.

Estes são objectivos directamente ligados à nossa independência nacional e à defesa da paz na região conturbada do Médio Oriente, vizinho do nosso país. No Médio Oriente existe uma nova situação, explosiva e perigosa. Nós que nos encontramos nessa região e com a agravante de termos no nosso território bases americanas, vivemos mais intensamente esses perigos. A solução encontrada em Beirute não resolveu problema nenhum. Os êxitos temporários do imperialismo na nossa região não podem transformar os povos em escravos passivos e fatalistas.

O problema da Palestina não pode ser resolvido por meio do massacre. As «Forças de Intervenção Rápida», a 6.ª Esquadra e as armas nucleares não podem pôr os povos de joelhos, apagar e fazer parar as suas lutas pela independência nacional, a segurança e a paz.

Estamos certos que os povos da nossa região, podem através da sua luta, tomar o destino nas suas mãos e transformar o mar Mediterrâneo num mar de paz e comunicação pacífica sem frotas de guerra, bases militares estrangeiras e armas nucleares. Resultados positivos nessa direcção podem resultar de uma acção o mais ampla possível, de todos os partidos, organizações e movimentos da nossa região.

Apesar da agudização da agressividade imperialista, os povos não deixam de alcançar pequenas ou grandes vitórias em todos os continentes. Somos optimistas e estamos confiantes que os trabalhadores de todo o mundo, com a sua luta pela paz, podem evitar a guerra, impor de novo uma viragem no sentido do desanuviamento e de medidas em direcção ao desarmamento. A força política pacífica dos países socialistas constituem uma grande garantia para atingir esses objectivos vitais para o futuro da Humanidade.

Para nós é inaceitável que a responsabilidade pela intensificação da corrida aos armamentos e muito menos pelas tragédias de muitos povos seja atribuída aos países socialistas. Quem o faz, não percebe a diferença fundamental entre a política agressiva dos EUA e da OTAN e a política de paz, de coexistência pacífica e de solidariedade para com os povos, levada à prática pelos países socialistas, e com isso desorientam profundamente os povos. Conscientemente ou não, mantêm a campanha da «ameaça soviética», cortina de fumo que o imperialismo precisa para a sua política de agressão.

Situação na Grécia

No nosso país, nas eleições de Outubro passado, as forças democráticas obtiveram uma grande vitória. Afastaram a direita do governo. O nosso partido travando uma luta persistente pela derrota da direita, para uma verdadeira mudança no nosso país, aumentou nessas eleições a sua força parlamentar.

No nosso êxito, contudo, seria mais substancial se não fôssemos obrigados a travar a batalha eleitoral em condições desvantajosas com uma lei eleitoral «filibusteira», dirigida sobretudo contra os comunistas.

Hoje, no governo do nosso país encontra-se o partido PASOK. Sem dúvida que agora há um clima mais democrático, abrem-se novas possibilidades para o desenvolvimento do movimento popular, para a participação ainda maior da classe operária nos sindicatos e dos componeses nas suas associações. O novo governo anulou algumas leis antidemocráticas da direita. Tomou algumas medidas positivas de carácter democrático sobretudo no que diz respeito às liberdades sindicais e outras dos trabalhadores. A nossa resistência nacional dos anos da ocupação fascista 1940-44 perseguida pela direita foi oficialmente reconhecida.

Mas o partido do governo, não cumprindo as suas promessas eleitorais, está a limitar até este momento a sua política no quadro da «modernização» e da gestão do regime da direita.

A política do governo de hoje não toca no poder ilimitado dos monopólios estrangeiros e nacionais, não conduz à libertação do país das cadeias norte-americanas e da NATO, recusa, até este momento, uma política baseada na cooperação de todas as forças democráticas e do povo.

Hoje é já evidente que para que o país possa avançar na direcção de um novo caminho não chega só um governo PASOK sozinho, mas é preciso um governo democrático com o apoio de todas as forças de mudança e sobretudo do povo, um governo aplicando um programa duma verdadeira mudança. O nosso partido está pronto a contribuir nessa solução apoiando ou, inclusive, participando num tal governo democrático comprometido na aplicação dum programa de independência nacional, política antimonopolista e democrática.

Concentramos hoje os nossos esforços principais na divulgação, ainda mais ampla, no seio do povo, dos objectivos da verdadeira mudança, na unidade do povo na luta pela sua materialização.

Sobretudo com as teses do nosso CC para o 11.º Congresso, publicadas há alguns dias, temos elaborado e proposto um programa de objectivos realistas pela independência nacional, para um desenvolvimento antimonopolista, pela democratização da vida do país, pela verdadeira participação popular na tomada de decisões. Propomos medidas concretas para limitar o poder ilimitado e os privilégios do capital monopolista, a nacionalização de algumas empresas monopolistas básicas, a expansão do sector público com novos investimentos produtivos. Propomos medidas concretas para fazer frente às graves consequências negativas da adesão do país à CEE, e saída da Comunidade. Defendemos a imediata retirada das armas nucleares do país, a activação dos processos da saída da Grécia na NATO e um programa concreto e urgente pela retirada das bases norte-americanas, a transformação da Grécia num país de cooperação, amizade e paz na região onde vivemos.

(...)

(subtítulos da redacção)

Trabalhadores

Informação sindical

• **Tribunal de Opinião Pública no sector têxtil** – Em conferência de Imprensa no Porto, oportunamente referida nestas páginas, a **Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Têxteis** anunciou para fins de Setembro a convocação de um tribunal de opinião pública sobre o tema da "repressão no sector têxtil". Na altura a Federação fez um apelo para que lhe fossem dirigidas todas as informações sobre os actos repressivos em empresas de que alguém tivesse conhecimento directa ou indirectamente no sector.

• **Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira** – Num memorando a direcção dos Vidreiros analisa "a grave situação económica e social" do vidro doméstico (cristalaria) afirmando a dada altura que, "não obstante a indiferença dos diferentes governos desde 1976, a direcção (do Sindicato) continuou e continua a procurar em contactos com o patronato e os ministérios, o encontrar de soluções para o problema que se agudiza dia-a-dia, estando neste momento (princípios de Junho findo), mais de 1000 trabalhadores com salários em atraso e à beira do desemprego". Num dos quadros incluídos no memorando são referidas as 11 empresas do sector com um total de 4 622 trabalhadores. Nove situam-se no distrito de Leiria com 3 956 trabalhadores e destas 7 são da Marinha Grande com 3 077 trabalhadores.

• **Sindicato dos Médicos da Zona Sul** – Distribuído o boletim «O Médico e o Sindicato» de Junho/Julho, sendo o assunto principal «A Luta dos Policlínicos».

• **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa** – Com periodicidade quinzenal, acaba de sair o número 8 (Julho/82) de "Escola/Informação", boletim do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Entre os assuntos da primeira página destacam-se as Jornadas Pedagógicas, a realisar este mês com um total de "33 acções em Lisboa, Santarém, Setúbal e Caldas da Rainha".

• **Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro** – Acerca da greve anunciada para 18 a 20 do corrente, a direcção deste Sindicato "denuncia publicamente a repressão que está a ser desencadeada pelo patronato da hotelaria nas empresas onde a adesão à greve foi significativa". Numa nota à Imprensa, o Sindicato acusa o patronato de "despedimentos, descontos nos dias de folga, prémios para os trabalhadores que não fizeram greve, etc. No entnto – acrescenta a nota recebida em 9 do corrente – a participação dos trabalhadores nos plenários que agora se iniciaram aumentou, pelo que tudo indica que a adesão à greve nos próximos dias 18, 19 e 20 será superior à de 1, 2, 26, 27 e 28 de Agosto".

• **Sindicato da Construção Mármores e Madeiras do Distrito de Lisboa** – O número de Agosto do "Andaime" dedica a sua primeira página à defesa de Abril e da Constituição. Outros assuntos: "Por uma Política Nacional de Habitação"; contratação colectiva dos sectores da construção civil; "caderno reivindicativo da CGTP-IN, uma luta em movimento"; e "alfabetização em marcha".

• **Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal** – O secretariado desta estrutura intermédia da CGTP-IN, numa saudação aos "metalúrgicos em luta pelo seu contrato», refere uma "adesão maciça à greve de 8 do corrente". De acordo com "apuramento efectuado em empresas de Norte a Sul, a adesão é superior a 75 por cento" e, "no caso de se manter a intransigência do patronato apoiado pelo seu Governo, não restará aos trabalhadores outra alternativa senão continuar a sua luta pela defesa das suas justas reivindicações, que têm como principal objectivo a recuperação do poder de compra".

• **Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos** – Chega-nos o número do "Circular", órgão desta Federação relativo a Julho findo. Dos temas principais destacamos a defesa da Constituição de Abril, o 2.º Congresso da FESTRU em 23 e 24 de Outubro próximo, a "tentativa de retirada de regalias na RN insere-se num ataque global à empresa, 'condução automóvel sob influência do álcool' e 'a mais longa luta' nos STCP".

• **CGTP-IN** – Recebida sexta-feira pelo Conselho da Revolução, e com uma audiência pedida ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, a CGTP-IN (plenário nacional amanhã) emitiu anteriormente um comunicado chamando a atenção para o que se passa na comunicação social, designadamente com o caso Anop e para a forma como se vai preparando o terreno "para a concentração capitalista dos grandes órgãos de informação, tal como no tempo do fascismo, apesar de a Constituição da República proibir tal prática".

Rodoviária

Hoje em Lisboa Plenário nacional

A Federação sindical do sector dos transportes urbanos e a Comissão Central de Trabalhadores da Rodoviária convocaram para hoje, no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços, Rua Almirante Barroso, 3, em Lisboa, um plenário nacional das estruturas representativas daquela empresa nacionalizada. Com 3 pontos gerais, a ordem de trabalhos incide principalmente na situação económica e social da RN, "repressão e saneamentos políticos" e medidas a tomar.

Entretanto, a FESTRU, referindo-se às negociações do Acordo de Empresa, acusa o conselho de gerência de proceder exactamente na mesma, durante a fase de conciliação (a actual), como procedera durante as negociações directas, impedindo "a discussão da matéria controvertida onde se incluem as tabelas salariais e outras cláusulas". A conciliação foi requerida pelo conselho de gerência. A FESTRU representa mais de 90 por cento dos trabalhadores da empresa. Defende o direito à negociação directa e recusa qualquer acordo "cozinhado com sindicatos amarelos", sublinha a Federação em comunicado de sete do corrente.

Lutas

● **Metalúrgicos** – Uma adesão nacional superior a 70 por cento, segundo um elemento da Federação sindical do sector, demonstrou, durante a greve de 8 do corrente, que os trabalhadores das indústrias metalúrgica e metalomecânica estão dispostos a alcançar uma revisão justa do CCTV, recusando o tecto salarial. O contrato abrange 150 mil trabalhadores em todo o País.

● **Hotel Baía** – A Federação sindical da hotelaria anunciou para hoje, quinta-feira, uma concentração de trabalhadores em frente ao Hotel Baía de Cascais, em apoio à luta que se desenvolve naquele local de trabalho há mais de 40 dias. A concentração decorrerá à mesma hora em que os representantes dos trabalhadores do Baía têm uma audiência marcada na Secretaria de Estado do Turismo. Essa audiência foi adiada várias vezes, o que levou a Federação a protestar publicamente.

● **Clínica das Amoreiras** – A comissão de trabalhadores desta clínica particular de Lisboa anunciava anteontem que estavam por pagar os salários de Julho e Agosto, os subsídios de Natal e retroactivos referentes a 1981, bem como alguns subsídios de férias. A clínica foi encerrada pelo principal proprietário, numa atitude de *lock out*. Os trabalhadores exigiram a intervenção do Ministério dos Assuntos Sociais, no sentido de repor a legalidade, e decidiram manter-se nos postos de trabalho.

● **Vidreira da Fontela** – Uma moção aprovada em plenário dos trabalhadores da **Covina** em 7 do corrente apoia a luta dos seus companheiros de trabalho da Vidreira da Fontela que, em número superior a 600, estão ameaçados de desemprego e não recebem salários há mais de três meses.

● **Marinha Mercante** – A Federação dos Sindicatos do Mar e mais cinco organizações sindicais subscrevem um comunicado acusando o Governo de querer liquidar a marinha mercante como sector público, designadamente ao abrir as actividades da CTM (Companhia de Transportes Marítimos) "ao capital privado, nacional e estrangeiro", depois de ter declarado aquela empresa em situação económica difícil.

● **Indústria vidreira da Marinha Mercante** – Responsabilizando o Governo "AD" e a sua política desastrosa, a comissão concelhia da Marinha Grande do PCP afirma em comunicado de 8 do corrente que há já centenas de famílias a passar fome na Marinha Grande. Milhares de postos de trabalho correm sérios riscos, acentua a comissão acrescentando que "há já empresas praticamente paradas ou em risco de parar completamente". A comissão concelhia refere casos como os da J. F. Custódio, Favilda, F. Neto Ferreira (Labal), Moleirinho, Dâmaso Luís Santos e FEIS, sendo esta última uma empresa pública em risco de ser entregue ao capital privado. "O próprio Jorge Magalhães (Ivima) gaba-se de a mesma lhe ter sido oferecida", acrescenta a concelhia sublinhando que "é necessário lutar contra esta miserável manobra", designadamente para "impedir que se concretize a velha ambição da família Magalhães – transformar a Marinha Grande numa charneca", concentrando "na mão de dois capitalistas (Magalhães e Freitas) a exploração da totalidade do sector cristaleiro, atirando para a miséria e para o desemprego milhares de trabalhadores".

Entretanto, a comissão de trabalhadores da Fábrica Escola Irmãos Stephens, uma das empresas vidreiras mais conhecidas do País, com sede também na Marinha Grande, decidia promover, a partir da próxima segunda-feira, concentrações de trabalhadores à porta do Ministério da Indústria, em Lisboa, se entretanto não se concretizar a audiência pedida em 18 de Agosto findo ao titular daquela pasta no sentido da viabilização da empresa, incluindo a "nomeação de um conselho de gerência capaz".

● **Triple Marfel** – Pela reintegração de seis trabalhadoras despedidas continua a luta na Triple Marfel, empresa de confecções de Felgueiras, perto do Porto. As trabalhadoras receberam as cartas de despedimento no período de férias, pensando o patronato que poderia assim evitar a resposta organizada e solidária das trabalhadoras da Marfel que continuam com as paralisações para pressionar a negociar a reintegração das operárias.

Coordenação

Coordenar as lutas e fazê-las coincidir por zona e por ramo de actividade, sempre que as condições estejam criadas para isso, foi em síntese a conclusão principal do Encontro de delegados das Organizações Representativas (ORTs) das empresas em luta no distrito de Lisboa.

Reunidos no último sábado na Voz do Operário, os delegados das ORTs de cerca de trinta empresas decidiram prosseguir a luta na Fábrica de Louças de Sacavém, Bertrand, Hotel Baía, Cometna, Lisnave, EDP, Anop e RN, nomeadamente.

Os cerca de 200 delegados analisaram os diferentes conflitos, as suas características particulares e comuns, concluindo a dado passo que "a luta é a mesma – a luta dos explorados contra os exploradores, dos trabalhadores contra a "AD" e a sua política, do interesse colectivo e da economia nacional contra a economia e o interesse privado" apoiado pela "AD".

O Encontro foi promovido por 20 Sindicatos filiados na USL (União dos Sindicatos de Lisboa), estrutura intermédia da CGTP-IN.

Corrida de atletismo

A Comissão para as Actividades Desportivas, Culturais e Recreativas da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, no âmbito do calendário desportivo para o corrente ano, promove no próximo sábado, dia 18, com início às 10 horas, na Praça Paiva Couceiro, uma prova de atletismo designada "Com o PCP, Desporto Direito do Povo".

Destinada a atletas de todos os sexos, assim como a todas as categorias (infantis, iniciados, juniores, seniores e veteranos com idades superiores a 10 anos), a prova terá o seguinte percurso: Paiva Couceiro (partida), Morais Soares, Praça do Chile, António Pereira de Carrilho, Largo do Leão, Visconde de Santarém, Av. Duque de Ávila, Av. da República, Campo Pequeno (chegada – junto à praça de touros).

Para as equipas classificadas até o terceiro lugar haverá taças, contando para o efeito a classificação dos cinco primeiros atletas de cada equipa, quer sejam masculinos ou femininos e independentemente da sua categoria.

As inscrições poderão ser efectuadas na Av. da Liberdade 170, Lisboa (Centro de Trabalho Vitória) ou ainda no local 30 minutos antes do início da prova.

Rurais de Portalegre
Sem emprego no distrito 4304 trabalhadores

No 2.º Encontro de Desempregados Agrícolas do Distrito de Portalegre, efectuado no último sábado na Casa do Povo de Alter do Chão, foi novamente exigido o fim da sabotagem dos agrários, pois mais de 200 herdades e meia centena de barragens e charcos continuam desaproveitados. Por outro lado, ficam anualmente milhares de quilos de azeitona por apanhar. Um levantamento tanto quanto possível rigoroso, feito em 54 das cerca de 80 localidades do distrito de Portalegre, deu como resultado geral 4304 desempregados – 4210 são mulheres. Desse total só pouco mais de 1500 recebem subsídio de desemprego. No entanto, há em 28 localidades do distrito 124 herdades abandonadas. Cento e treze foram roubadas às UCPs e Cooperativas, concluiu-se ainda no 2.º Encontro, cujos 340 delegados apoiaram unanimemente a realização da **Conferência Regional sobre o Desemprego** marcada para **9 de Outubro próximo** em Montemor-o-Novo. Os resultados do Encontro de Alter do Chão foram entretanto comunicados a vários departamentos do poder central, ao Bispo de Portalegre e ao Comando Militar.

O Governo «AD» foi acusado de sabotar a economia nacional.

"Fado de Abril"

A campanha de fundos realizada pelo grupo "Fado de Abril", saldou-se num êxito.

O televisor a côres saiu ao número 2 975 e a sua entrega realizar-se-á até ao dia 1 de Janeiro de 83, no Centro de Trabalho Vitória.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

Capital, um mundo de contradições
O peso da «guerra fria»

O director da "Morgan Stanley", uma das mais importantes empresas de investimentos de Nova York, declarou recentemente que não é possível continuar com o crescente peso das despesas militares, inerente à política de Reagan. E invoca as suas razões: "O imenso fardo que essas despesas representam implica défices cada vez mais elevados no orçamento, o que significa a contínua elevação das taxas de juro, em detrimento dos negócios".

Uma voz isolada entre o capital, contra a política prosseguida por Reagan?

Os factos indicam que não. Cerca de metade dos membros da Câmara de Representantes dos EUA, pronuncia-se contra essa mesma política de rearmamento unilateral.

Simultaneamente registam-se outros factos e tomadas de posição significativas.

Por exemplo, num relatório à margem da reunião do FMI e do Banco Mundial, agora terminada em Toronto, a Trilateral – organização que defende os interesses do capital dos EUA, Europa capitalista e Japão, agrupando personalidades políticas destes diversos países – defendeu, não só a activação das trocas com os países socialistas, como advertiu mesmo para o perigo de restrições aos créditos às importações dos países socialistas, política de "guerra-fria" no plano económico, que tem vindo a ser firmemente defendida pela administração Reagan.

O próprio Luns, secretário-geral da NATO, conhecido pelas suas posições abertamente reaccionárias, considerou, no caso específico do gasoduto: "Não julgo que a Europa tenha algo que se criticar neste caso do gasoduto", isto de paralelo com outras afirmações, tão provocatórias como absurdas, como: "o melhor meio de desestabilizar a União Soviética é mantê-la esfomeada".

Que significam estas posições contraditórias, e em muitos casos em oposição directa, nomeadamente no domínio decisivo da prática, com a política oficial norte-americana? Sem dúvida traduzem formas diferentes de encarar os caminhos a seguir para o objectivo comum do capital e que se inserem nas normais contradições entre os diferentes sectores do capital.

Mas não podem deixar também de reflectir uma grande pressão de massas na Europa e nos próprios Estados Unidos. Contra o peso esmagador da crise lançado sobre os ombros dos trabalhadores. Contra a corrida aos armamentos.

Quando nos EUA se realizam manifestações com um milhão de pessoas, como foi possível em Nova York, e surgem apelos ao povo americano para que se bata contra as armas nucleares com a mesma determinação com que lutou contra a guerra no Vietnam, isto quer dizer alguma coisa.

Um mundo de contradições

Crise, instabilidade, profundas contradições, são traços que caracterizam a vida política e económica da Europa capitalista – e que, nalguns casos, podem abrir caminhos a falsas soluções de direita, quanto mais não seja pelo cansaço e desilusão gerados pela patente ineficácia da social-democracia.

Em Espanha, a pulverização da UCD (partido no poder) em vários partidos à esquerda e à direita – nos últimos seis meses saíram da UCD 30 deputados e 10 senadores, pelo que, quanto ao número de deputados, a UCD encontra-se em segundo lugar, depois do PSOE – abriu caminho à convocação de eleições antecipadas, que deverão realizar-se a 28 de Outubro. Neste momento a direita desenvolve sérios esforços para tentar opor-se, unida, à possibilidade real de uma vitória dos socialistas.

Na RFA admite-se a possibilidade de que o governo actual – baseado numa coligação entre social-democratas e liberais – possa vir a cair brevemente. Na raiz dessa possibilidade as divergências no seio da coligação no que respeita aos gastos sociais e à política económica relativamente aos Estados Unidos. O sector de direita dos liberais e a democracia-cristã estão a unir esforços no sentido de utilizarem a crise e até os prejuízos causados pela política de Reagan em relação à Europa capitalista, para provocarem a queda dos sociais-democratas.

Na Dinamarca demitiu-se o governo social-democrata, face à incapacidade de fazer aprovar o seu programa económico. Foi nomeado o dirigente do Partido Conservador, Poul Schluter, para formar novo governo.

Na Holanda, apesar da vitória trabalhista nas quartas eleições convocadas ao longo de um ano – resultantes do malogro da coligação entre democratas-cristãos e socialistas – prevê-se a formação de um governo de direita com democratas-cristãos e liberais, dada as divergências notórias entre a democracia-cristã e os trabalhistas.

Em Itália, com um novo governo, que em nada parece diferente do anterior, avoluma-se o problema do terrorismo, com o assassinato de Dalla Chiesa. Terrorismo que não por acaso desta forma frutifica no país. Como denuncia o PCI, "existem factos irrefutáveis que provam as conivências, as tolerâncias ou os compadrios entre sectores da Democracia-Cristã (e, numa medida diferente de outros partidos do governo) e a Mafia ou a Camorra".

Paz, precisa-se

Por decisão da ONU, dia **21 de Setembro** será o **Dia Mundial da Paz.** Romesh Chandra, presidente do Conselho Mundial da Paz, que apela à comemoração deste dia por todos os partidos, governos e organizações de massas, destacou em conferência de imprensa em Helsínquia, que o movimento internacional pela paz exige o congelamento de todos os arsenais nucleares, e pede a todas as potências nucleares que sigam o exemplo da União Soviética.

No fim da sua visita oficial à URSS, o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, destacou ter encontrado "um interesse profundo em manter a paz duradoura e um apoio sincero à actividade da ONU". Perez de Cuellar, que se encontrou com o presidente soviético, Brejnev, e o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromiko, salientou a importância do compromisso da União Soviética de não recorrer em primeiro lugar à arma nuclear, afirmando: "Se todos os Estados detentores de armas nucleares procedessem do mesmo modo, isso equivaleria realmente à interdição pura e simples da utilização de tais armas".

Uma necessidade imperiosa, uma exigência de toda a Humanidade, e que, no fundo, as próprias contradições intercapitalistas, o aprofundamento da crise do capital, o caso actual do gasoduto, amplamente confirmam.

Crise do mundo capitalista. Manifestação na RFA contra o encerramento de uma empresa

Angola

Agostinho Neto vivo no coração do povo

Agostinho Neto morreu há três anos.

A firmeza e tenacidade com que, à frente do MPLA – Partido do Trabalho, conduziu a luta do seu povo contra o colonialismo, a justeza dos ideais políticos porque sempre se bateu e a que dedicou toda a sua vida, conquistaram-lhe o respeito e a admiração de toda a comunidade internacional.

Curta foi a sua vida depois de conquistada a vitória sobre o colonialismo, a tão desejada independência porque morreram muitos dos melhores filhos de Angola.

Entretanto, no conturbado processo de defesa e consolidação da independência angolana, a braços com permanente ameaça do regime racista de Pretória, o povo angolano, sob a presidência do camarada José Eduardo dos Santos, tem dado provas de uma determinação e coragem magníficos.

Uma coragem tanto maior quanto maior é a ameaça representada pela África do Sul, que se prepara ao que tudo indica para levar a cabo o mais sério ataque a território angolano.

Testemunhos recentes revelaram que a aldeia de Mulondo ardeu a semana passada durante 48 horas sob a «chuva» de *napalm* lançada pela aviação sul-africana. Segundo testemunhas oculares, «ardiam as casas, as árvores, a terra e até as coisas que não ardem em condições normais».

Esta «guerra não declarada» de Pretória contra a República Popular de Angola, assume características cada vez mais terríveis, avança a passos largos para uma situação que poderá ser muito perigosa. Provam-no o aumento das tropas terrestres sul-africanas no solo angolano,

Agostinho Neto

bem como os bombardeamentos sobre cidades e povoações das províncias do Cunene, Hila e Namib.

Ao mesmo tempo, a marinha do governo racista de Pretória prepara-se para bloquear o porto de Moçamedes, o maior no sul de Angola. Vedetas a jacto estão concentradas na base naval de Cape Fria, na Namíbia, dominando um clima de guerra que leva as próprias companhias seguradoras internacionais a assinalar na apólice dos navios que partem para Moçamedes «navegação em zona de operações militares».

Com o pretexto de perseguir as forças da SWAPO, que combatem pela libertação da Namíbia, a agressão sul-africana alarga-se pelo território angolano. Nestas operações são usadas armas proibidas pela ONU, como é o caso as armas tóxicas, das bombas de fósforo de 112,5 quilos e das novas bombas de fragmentação fabricadas por Israel. Cada uma destas últimas pesa 450 quilos e um só estilhaço tem 2,5 a 3,5 quilos.

O *napalm* e as bombas «abacachi», usadas em tão larga escala pelos soldados americanos na guerra do Vietname, são também utilizadas pelos invasores contra Angola, numa agressão cuja brutalidade em nada desmerece os crimes nazis durante a Segunda Guerra Mundial e os cometidos pelos sionistas de Israel no Líbano.

Apoiada pelas forças do imperialismo, que Agostinho Neto condenou e combateu, a África do Sul representa para Angola o mais sério desafio à sua luta pela independência e pela construção da democracia.

Mas como escrevia o «Jornal de Angola» ao recordar o aniversário da morte de Agostinho Neto, «Neto e Angola são eternos. A criatividade das suas ideias e a força que transmitiu ao processo revolucionário são irreversíveis».

Médio Oriente

Depois do Líbano a Síria?

O anúncio da audiência que João Paulo II vai conceder a Yasser Arafat caiu como uma bomba entre os sionistas de Israel. As reacções não se fizeram esperar, chegando mesmo ao insulto ao Vaticano.

Num documento bem ao estilo do governo de Begin, os sionistas acusaram o Vaticano de se ter mantido silencioso durante o massacre nazi de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, considerando agora inadmissível que o Papa receba o líder da OLP, que designam como é hábito por "terrorista".

Mais, o governo de Tel Avive afirma-se disposto a impedir a audiência, já confirmada pelo Vaticano. Não revelou como, mas os métodos de Israel permitem todo o tipo de especulações.

Compreende-se a indignação de Israel. A derrota política sofrida em Beirute aumenta tanto mais quanto o reconhecimento da OLP se alarga e cada nova porta aberta por Arafat representa implicitamente uma condenação do terrorismo israelita.

Para quem como Begin alimenta sonhos de expansionismo que se não compadece com o direito dos povos, com a independência dos países e as regras da convivência não agressivas, os sucessos diplomáticos do representante máximo de um povo que acaba de sofrer na carne a repressão sionista representam a condenação que lhe é votada pela opinião pública internacional.

O que torna mais difícil, porque não lhe dá cobertura, a concretização do plano que levou Begin a invadir o Líbano.

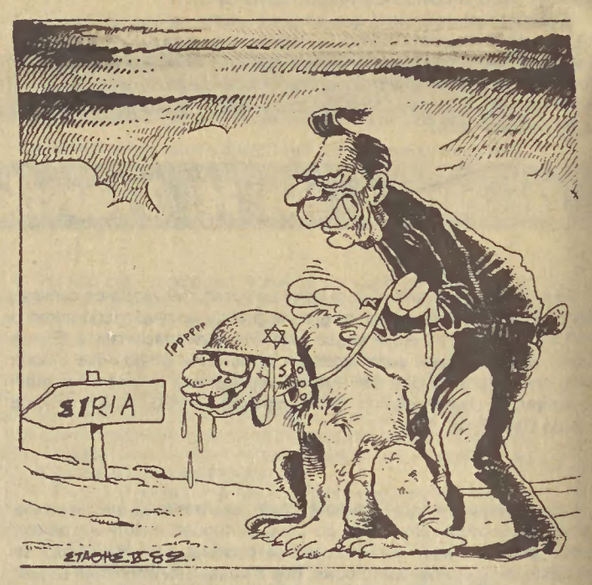
A invocada "ameaça" palestiniana deixou de existir, uma vez que a OLP deixou Beirute. Porque permanecem então os israelitas no Líbano? Porque prosseguem os ataques às forças sírias ainda estacionadas no território libanês?

As notícias que chegam de Beirute não são de forma alguma tranquilizadoras. Como o não são as que dão conta do aumento da repressão contra os árabes nos territórios ocupados da Cisjordânia. Nem as declarações dos responsáveis sionistas quanto ao plano de paz no Médio Oriente aprovado na cimeira de Fez.

A razão é simples. Para os sionistas de Israel, a "paz" na região passa pela satisfação dos seus planos expansionistas, pelos seus sonhos hegemónicos, pelo desejo de se rodear de países dóceis à sua política de submissão ao imperialismo norte-americano.

O que exclui à partida a criação de um Estado palestiniano, ou a existência de países vizinhos, como a Síria por exemplo, com outros interesses e outras alianças.

Atacar agora, como o está a fazer o exército israelita, os campos de refugiados ainda existentes no Norte do Líbano, bem como as tropas sírias, constitui mais um acto criminoso para o qual Israel não tem desculpa. Com que objectivo o faz então?



Será que depois do Líbano, Israel se prepara para um confronto com a Síria?

Do lado dos Estados Unidos paira um estranho silêncio, cortado apenas de quando em quando com declarações destinadas a afirmar o empenhamento de Reagan na sua proposta de "paz" para o Médio Oriente, que não contempla o reconhecimento da OLP nem a formação do Estado palestiniano independente.

O anúncio de que Yasser Arafat integrará a delegação de chefes de Estado árabes que se deslocará aos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, URSS, França, China e Grã-Bretanha) para os informar das decisões da cimeira de Fez, não mereceu comentários de Washington.

Não deixa no entanto de ser curioso assinalar que os EUA perderam qualquer pudor em se afirmar "parte" interessada com poder de decisão na resolução das questões do Médio Oriente. Foi o próprio secretário de Estado George Shultz que o afirmou, ao dizer perante a comissão dos negócios estrangeiros do Senado que **"agora que ambas as partes (Reagan e a cimeira de Fez) anunciaram as respectivas posições, chegou a altura de negociar calmamente, para prosseguir a iniciativa do presidente e levá-la a bom termo"**. Esclarecedor.

No campo de batalha, Israel cumpre o papel que lhe foi distribuído pelo imperialismo. Invade, ataca, mata, destrói. Depois entram em cena os Estados Unidos, com os seus planos de paz.

Resta saber se a unidade árabe conseguida em Fez terá força bastante para fazer valer os seus direitos.

Etiópia
oito anos de revolução

Há oito anos foi derrubado o regime de Haile Selassié e instaurada a República na Etiópia. Hoje, colocam-se como questões centrais a criação de um partido marxista-leninista, o mais amplo esclarecimento e formação das massas populares, a participação dos trabalhadores a todos os níveis do poder, na construção de uma nova vida.

Em todo o país se desenvolvem grandes esforços para esclarecimento do povo etíope, premissa de uma participação consciente na vida nacional. Nas empresas e instituições sob administração estatal, nas comunas, nas cooperativas agrícolas, nas unidades das Forças Armadas, realizam-se nomeadamente pequenos seminários e reuniões. Centenas de milhares de cidadãos estudam os fundamentos do marxismo-leninismo. Por iniciativa da Comissão para a organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia (COPTE), as organizações revolucionárias dos jovens e mulheres etíopes promovem a preparação política e ideológica dos seus militantes. A União Nacional dos Trabalhadores da Etiópia envia para o campo grupos de operários, para ajudar ao esclarecimento e formação política das massas camponesas que constituem 85% da população do país.

Uma outra direcção fundamental da revolução etíope é a defesa. Defesa a nível externo, face às provocações, mesmo militares, fomentadas pelo imperialismo, em particular utilizando diferenciações de povos e regiões, como no caso da Eritreia.

Defesa também a nível interno, onde é necessário enfrentar as manobras de sectores empenhados em opor-se à construção do socialismo no país. Para fazer face a tais manobras do capital privado o Conselho Administrativo Militar Provisório adoptou em Setembro de 81 uma lei sobre a criação dos Comités de Controle e o Tribunal Especial dos Trabalhadores que têm como tarefa e direito «desmascarar decididamente as sinistras maquinações e acções subversivas dos elementos hostis ao povo».

Nas cerimónias comemorativas da instauração da República na Etiópia, Mengistu Hailé Mariam, chefe do Estado etíope, denunciou a ameaça norte-americana afirmando que a Etiópia terá que fortalecer a sua capacidade defensiva perante as crescentes ameaças do imperialismo norte-americano, dada a importância estratégica do Corno de África e o exemplo incómodo da construção das bases do socialismo na Etiópia.

Ensinar, para uma participação consciente, é preocupação central na Etiópia

A repressão é a única arma da ditadura contra o descontentamento popular

Chile

Nove anos de ditadura

Dezenas de milhares de mortos, cerca de cem mil presos, milhares de desaparecidos (a maior parte provavelmente mortos), um milhão de exilados, eis uma parte do trágico balanço de nove anos de ditadura no Chile.

Foi em 11 de Setembro de 1973 que o fascismo saíu à rua em Santiago, destruindo pela força das armas o governo de Unidade Popular de Salvador Allende, matando, destruindo, torturando muitos dos que acreditaram na transição democrática e pacífica para o socialismo.

Quem poderá esquecer o assalto ao Palácio de La Moneda onde Salvador Allende foi assassinado, os estádios que então foram transformados em prisões, os assassínios às claras, as prisões em massa?

E quem poderá esquecer que o fascismo chileno só se conseguiu impor "graças" aos Estados Unidos da América, que através da CIA financiaram múltiplos actos de sabotagem do regime de Unidade Popular, fomentaram a desestabilização a todos os níveis, bloquearam a economia, subverteram a ordem pública e corromperam o funcionamento institucional?

Não se trata de acusações sem fundamento. Para além dos diversos testemunhos que foi possível recolher, uma investigação do próprio senado norte-americano às actividades da CIA confirmaram o envolvimento dos EUA no golpe fascista.

A par disso, o constante apoio da administração Reagan à ditadura de Pinochet, que continua a receber empréstimos e créditos de organizações financeiras internacionais controladas pelos Estados Unidos, fala por si do interesse norte-americano num dos regimes fascistas mais sinistros de toda a América Latina.

Mas se o golpe militar de Setembro de 1973 conseguiu vencer e liquidar o processo de democratização no Chile o mesmo não sucedeu quanto às aspirações populares.

A revolta, a resistência operária à ditadura não deixou de fazer-se sentir, mal-grado toda a feroz repressão. Muito pelo contrário tem vindo a aumentar, como o atestam as greves dos mineiros, das indústrias têxteis, electrónicas e outras. E aos sectores operários juntam-se cada vez mais camadas da pequena e média burguesia, igualmente afectados com as consequências económicas da política de concentração monopolista e de submissão ao capital estrangeiro levada a cabo pela Junta militar.

Com uma dívida externa que ronda já cerca de 15 biliões de dólares, o que representa cerca de metade do valor do Produto Interno Bruto; uma taxa de desemprego de cerca de 20 por cento da população activa; a generalização do subemprego e a falência acelerada de pequenas e médias empresas (nos primeiros oito meses do corrente ano 533 empresas tiveram de fechar), o descontentamento não pode deixar de crescer.

A única resposta da ditadura de Pinochet é o aumento da repressão. O que acaba por se traduzir num crescente isolamento dos fascistas no poder, abandonados mesmo por muitos dos que no passado apoiaram o golpe de Estado.

As formas de luta multiplicam-se, generalizam-se, chegam a todo a lado. A recente interrupção de uma emissão da televisão oficial por patriotas chilenos, que durante sete minutos leram uma declaração dedicada à memória de Salvador Allende, denunciaram o terror imposto ao país e a política económica praticada pela Junta que condena o povo à fome e à miséria, é bem o exemplo disso.

O povo chileno está em luta. O fascismo será derrotado.

60 ANOS DE LUTA
ao serviço do povo e da pátria

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO DO PCP EM LIVRO

A exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP, que milhares de pessoas tiveram a oportunidade de admirar no Pavilhão dos Desportos e, também, na Festa do AVANTE!

60 ANOS DE LUTA

De grande qualidade gráfica, em papel couché, com centenas de páginas, dezenas delas a cores, este livro é ao mesmo tempo uma obra de arte, um repositório de conhecimentos sobre a luta do nosso povo e a história do PCP, um valioso objecto de estudo, informação e formação. Possuí-lo será ter em casa o essencial da grandiosa exposição.

Uma grande iniciativa de edições Avante!

Preço: 1.100$00